

# PUC

FREDERICO A. GUIDA

TEORIA DE ATRIBUIÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA

TESE DE MESTRADO

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1977

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rua Marquês de São Vicente 225 — ZC 19

Rio de Janeiro — Brasil

**Cl. Cham.** 150 G946 TESE UC

**Título** Teoria de atribuição em psicologia social



**Ex.** 1 PUCB

0031575

FREDERICO A. GUIDA

TEORIA DE ATRIBUIÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL:  
UMA ANÁLISE CRÍTICA

Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Aroldo Rodrigues

Departamento de Psicologia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1977



UC-19614-9

150  
6046  
TESE UC

1104

A Sonia

## Meus agradecimentos

- a todos os que até hoje foram meus professores, em sua dignificante e árdua tarefa de educar, aqui representados pela orientadora do curso de mestrado e pelo orientador de tese, professores Angela Biaggio e Aroldo Rodrigues;
- a meus pais, primeiros mestres, pelo esforço contínuo em tornar-nos melhores;
- à Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela ajuda financeira recebida durante o curso.

## RESUMO

A abordagem atribucional é uma tendência contemporânea em psicologia social. Crescente número de pesquisas utilizam constructos da Teoria de Atribuição. A característica definidora desta abordagem diz respeito à tentativa de compreender a construção das explicações causais feitas pelo percebedor.

A análise do processo de atribuição tem sua origem em Fritz Heider (1958), o qual discute a noção de atribuição em sua obra "Psicologia das Relações Interpessoais." Posteriormente Jones e Davis (1965) voltam-se para a análise das causas dos atos do outro, e da correspondência entre ação e intenção. Mais recentemente Kelley (1967, 1972), desenvolve a aplicação do Método de Diferença de J. S. Mill à análise deste processo.

Em primeiro lugar realizamos uma revisão crítica das teorias de Heider, Jones e Davis, e de Kelley. Procuramos, num segundo instante, assinalar o fato de que na análise dos determinantes da atribuição, tem sido pouco considerado fatores sócio-culturais que, conforme argumentos, interfeririam no processo através do qual as pessoas atribuem características, intenções, e traços aos objetos de seu mundo social.

## ABSTRACT

The attribution approach is a contemporary trend in social psychology as shown by current research. The defining characteristic of this approach is its concern with understanding the construction of causal explanation from the perspective of the perceiver. The analysis of the attribution process has its origin in Fritz Heider (1958), who discussed the notion of attribution in his work "The Psychology of Interpersonal Relations". Later, Jones and Davis (1965) turned their attention to the analysis of others action's causes, and the subsequent action-intention correspondance. More recently Kelley (1967, 1972) extends the use of J.S. Mill's Method of Difference to the analysis of the attribution process.

The purpose of this study is twofold: First, a critical review of Heider, Jones and Davis, and Kelley theories; second, an attempt to demonstrate the important role of social-cultural factors in the process whereby people attribute characteristics, intentions, and traits to the objects in their social world.

## SUMÁRIO

### I - TEORIA DA ATRIBUIÇÃO

1. INTRODUÇÃO GERAL . . . . .	1
A) A PSICOLOGIA INGÊNUA, O MODELO DE HEIDER	
1.1. Introdução . . . . .	6
1.2. Percepção de Casualidade e Causalidade Fenomenal . . . . .	9
1.3. Propriedades Disposicionais . . . . .	16
1.4. Forças Pessoais e Ambientais Causalidade Pessoal e Impessoal . . . . .	21
B) O MODELO ATO-DISPOSIÇÃO DE JONES E DAVIS	
2.1. Introdução . . . . .	28
2.2. As Inferências correspondentes . . . . .	29
2.3. Disposição Pessoal e Aceitação Social . . . . .	33
2.4. Relevância Hedônica e Personalismo . . . . .	36
C) A ATRIBUIÇÃO E SEU PROCESSO EM H. H. KELLEY	
3.1. Introdução . . . . .	38
3.2. Teoria de Atribuição em Psicologia Social	
3.2.1. O Processo de Atribuição . . . . .	41
3.2.2. Influência e Dependência Informacional . . . . .	44
3.3. Os Esquemas Causais . . . . .	52

## II - CULTURA E ATRIBUIÇÃO

1. INTRODUÇÃO . . . . .	57
2. LINGUAGEM, CULTURA E ATRIBUIÇÃO	
2.1. Linguagem e Atribuição . . . . .	59
2.2. Percepção e Atribuição . . . . .	75
2.3. Cultura e Atribuição . . . . .	80
3. CONCLUSÃO . . . . .	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS . . . . .	91

## I - TEORIA DA ATRIBUIÇÃO

### 1. - INTRODUÇÃO GERAL

O estudo científico do processo de atribuição encontra sua origem na psicologia do senso comum. O homem busca compreender os fatos que ocorrem no mundo e em si mesmo. É esta sua compreensão imediata destes que o permite agir e reagir de forma coerente e adaptada ao meio ambiente. Este saber lhe é tão próprio que dificilmente o coloca em dúvida, e somente pelo exercício da reflexão, chega algumas vezes em sua vida diária a perceber os determinantes de seu julgamento. Devido à natureza de sua inteligência, o homem não depende exclusivamente deste saber imediato, entretanto, hoje e sempre este saber fundamentalmente governará suas ações.

Que a natureza humana siga sendo a mesma a despeito das teorias científicas, assim como a natureza em geral, não implica que o homem possa dispensar as teorias científicas uma vez que elas são fruto de sua própria capacidade de reflexão sobre o fato vivido na tentativa de aprender suas causas e na esperança de que este domínio lhe permita uma melhor adaptação e controle sobre o mesmo. Sabemos que a ciência não pode se privar da intuição assim como da observação e da razão entretanto nenhum destes componentes pode por si só dar a conhecer a realidade. Tornar explícito este conhecimento intuitivo implícito que possuímos do com

portamento, pelo qual afirmamos qualidades e defeitos, percebemos intenção e atribuímos propriedades específicas às pessoas e objetos, foi o mérito do trabalho de Fritz Heider. Esta conversão da intuição em formulação conceitual foi que permitiu a construção de modelos teóricos do processo de atribuição, tornando-o possível de ser complementado pela crítica da razão e dos fatos.

O caminho para o qual Heider nos chama a atenção é o de que o homem já possui um conhecimento e um domínio sobre a sua própria natureza e que este saber ainda que não explícito lhe tem sido útil. Talvez tivesse sido mais fácil ao homem tornar questionável e explícita as suas relações com a natureza (e a filosofia parece ter primeiro tratado desta questão) do que consigo mesmo. Parece também que tanto a natureza quanto o homem devem se referir em última análise ao senso comum. Heider citando Whitehead nos diz: "(...) a ciência está enraizada no que acabamos de denominar o sistema global do pensamento de senso comum. Este é o datum de que parte, e ao qual precisa voltar. (...) É possível polir o senso comum, é possível contradizê-lo numa minúcia, é possível surpreendê-lo. Todavia, em última análise, toda a nossa tarefa consiste em satisfazê-lo" (Heider, 1958, p. 18)

Procuraremos desenvolver o trabalho que se segue com o propósito de enfatizar esta forte presença do senso comum no processo de atribuição que sendo um fenômeno interindividual não pode ser compreendido em sua totalidade sem a con

sideração de seu contexto psicossocial. O processo de atribuição diz respeito à análise intuitiva e imediata que fazemos do percebido no sentido de dotá-lo de significação através de uma ordenação de causa e efeito. Esta ordenação é resultado de um processo de inferência implícita que conduz à atribuição de uma causa específica a um fato percebido. Portanto ao atribuir vamos além da informação recebida, estabelecemos uma relação entre fatos, preenchemos vazios de informação, assinalamos propriedades que dispõem os objetos e pessoas a se comportarem de tal ou qual forma, enfim, dotamos de sentido o percebido.

O interesse atual pela "teoria de atribuição" (Jones e Davis, 1966; Kelley, 1967, 1971a, 1971b, 1973; Jones, Kanouse, Kelley, Nisbett, Valins, Weiner, 1972), pode ser dito ter sua origem nos estudos de percepção social de Fritz Heider. A noção de atribuição é apresentada e discutida pelo mesmo em seu livro "A Psicologia das Relações Interpessoais" (1958) no qual esta noção implica (1) a tentativa de distinguir na complexa rede causal do ambiente, a mediação, do objeto ou pessoa propriamente ditos; (2) a tentativa de dar sentido ao conjunto de estímulos proximais, ao ordená-los através das invariabilidades distais e suas propriedades disposicionais significativas; (3) é um processo de ordenação e classificação causal que se faz no contexto de uma dada situação; (4) assemelha-se à uma "análise fatorial" implícita quando busca separar os fatores causais como localizados nas pessoas ou no ambiente. Heider salienta

ainda que não se deve supor um processo racional e consciente e que "as atribuições podem ser vividas como interpretações, como intrínsecas aos estímulos originais" (Heider , 1958, p. 287).

Os principais sistematizadores do processo de atribuição (Jones e Davis, 1965; Kelley, 1967, 1972) caminharam no sentido da formulação operacional do processo, a qual visa distinguir e apreender os determinantes ou pistas de um julmento preciso e correto nos quais se apóia o atribuidor ou dos quais infere o atribuidor uma dada atribuição verdadeira. Certamente o que lhes chamou atenção na obra de Heider foi o fato deste ter assinalado que é comum na percepção social o erro, alguns destes já bastante conhecidos, como o "efeito de halo", a sugestão de prestígio, e todas as possíveis mediações enganadoras do meio ambiente.

Costuma-se enfatizar a importância do estudo do processo de atribuição devido ao fato de que as pessoas frequentemente chegam a inferências errôneas sobre as causas de eventos sociais e agem de acordo com tais inferências.

O trabalho de Heider consistiu em explicitar a existência deste processo, descrevê-lo tal qual se dá a representação fenomenal e indicá-lo como um componente básico de nossa percepção social.

O trabalho que ora nos propomos fazer é um estudo teórico deste processo, desde como foi originariamente colocado por Heider e desenvolvido por Jones e Davis (1965) e

Kelley (1967) até como tem sido pensado contemporaneamente. Um segundo propósito é indicar, através de uma análise crítica, que consideramos oportuno que os teóricos de atribuição levem em conta como de primordial importância o fato de que o processo de atribuição deve ser visto como inserido num contexto sócio-cultural determinado, e que sua natureza é eminentemente social e simbólica. Isto significa dizer que a teoria de atribuição ganharia em compreensão e extensão se considerasse com maior atenção outros fatores que intervêm no processo atribucional tais como a categorização social e lingüística e a própria cultura, como fator cognitivo, que influencia através da aprendizagem social o próprio processo inferencial de que depende a atribuição.

## A) A PSICOLOGIA INGÊNUA, O MODELO DE HEIDER

## 1.1. - INTRODUÇÃO

Na visão Heideriana, por onde iniciaremos nossa análise, o processo de atribuição, processo de doar uma forma e controlar o percebido, é colocado como sendo uma atividade própria do homem comum, sendo uma das tarefas do cientista refletir e tornar explícita e passível de verificação os processos e as estruturas subjacentes a esta atividade. A afirmação do fato de que a pessoa descreve, explica e controla o percebido não é mérito da psicologia, pois que, conforme o próprio Heider assinalou, os problemas humanos continuariam sendo solucionados, mesmo na hipótese de que se eliminasse os achados da psicologia científica. "Paradoxalmente, com toda essa capacidade natural, intuitiva e de senso comum para apreender as relações humanas, a ciência destas relações foi das últimas a se desenvolver" (Heider, 1958, p. 14).

A psicologia ingênua é um sistema de suposições tácitas que estão subjacentes à ação humana diária. A descoberta destas suposições implica em uma observação do comportamento diário, na tentativa de se descobrir as regras deste agir, ou seja o modo como interpretamos as ações das outras pessoas e/ou reagimos a estas. A partir das regularidades verificadas nas relações interpessoais foi possível a Heider estabelecer algumas regras deste comportamento ingênuo.

Sabemos também que a psicologia heideriana é ao mesmo tempo uma análise dos processos (e pode correr o risco de só ser vista assim), e um modelo do sujeito. Em suas palavras,..." o mundo, tal como o percebemos, tem alguns aspectos sistemáticos; até certo ponto as suas partes se su põem umas às outras. Não é um conjunto em que possa ocor rer qualquer coisa, mas um conjunto com restrições. Por isso as partes podem ajustar-se ou estar em conflito mú tuo, ou se uma parte é dada, outras partes podem ser extra poladas. A exigência de ajustamento num mundo coerente es tabelece limites aos possíveis efeitos de padrões de estí mulo. É, em certo sentido, uma limitação interna do sistema cognitivo — no entanto, quando tais limitações corres pondem às limitações reais do mundo objetivo, tornarão a cogni ção mais verídica" (Heider, 1958, p. 66).

Na verdade a obra de Heider deixa em aberto a ênfase que se queira dar às suas opiniões e idéias. Recentemente foi observado que: "A concepção de Heider das relações en tre atribuições e equilíbrio não está claramente delienada em seus escritos mas pode ser sugerido que os "princípios de equilíbrio" formam um possível veículo, entre vários, pa ra se fazer inferências causais" (Jones, Kanouse, Kelley, Nisbett, Valins, Weiner, 1972 p. XII)

A atribuição constitui-se num tema há muito presente em sua obra. Nos indica Deutsch e Krauss (1965) que já em um de seus primeiros trabalhos, "Ding un Medium (1927)", Heider desenvolve o tema de que as pessoas tendem a atri

buir as mudanças de seu meio ambiente a "núcelos" centrais unitários internamente condicionados, que em certo sentido são os centros da trama causal do mundo. Posteriormente (1958), nos diz que se tomarmos como modelo o Arco Perceptual de Brunswik (1952) que distingue diversas etapas no ato perceptivo, desde o objeto até o percepto poderemos facilmente notar que a descrição causal contrasta com a descrição fenomenal da percepção. Isto porque não nos detemos e geralmente nem percebemos qualquer processo mediador, ainda que em muitos casos a mediação seja acessível à consciência. Os processos intermediários são formados de muitas partes independentes e se tivéssemos que levá-los em conta a cada instante o percebido se tornaria ininteligível, por esta razão nossa percepção se concentra no distal como em uma causa unitária que torna inteligível a ordem dos processos intermediários. Apesar de ser o estímulo proximal o que nos atinge diretamente e por conseguinte a percepção se iniciar com o estímulo proximal, a atribuição de uma qualidade sensorial é feita ao objeto distal. Em termos de percepção social também nos atemos ao distal ou a núcleos causais, descritos por conceitos da psicologia ingênua tais como intenção e habilidade. A dificuldade que se apresenta é a de saber como, ou que condições nos permitem tornar-nos conscientes de objetos distais. "Nos casos em que o material bruto e o percepto estão claramente separados, talvez se devesse preferir o termo mais inconclusivo "cognição", em lugar de "percepção" (Heider, 1958, p. 39). Em outra parte nos diz: "... em muitos casos não é possível encontrar coor-

denaões simples entre estímulos ordinais e fenômenos. Por isso, a fim de compreender teoricamente a relação entre padrões de estímulos e fenômenos, a fim de fazer afirmações a respeito, é preciso supor variáveis intervenientes. Tais variáveis intervenientes consistem de uma hierarquia de avaliações e sentidos que podem ser comparados a um sistema de conceitos ou esquemas interligados. O percepto que aparece é o mais ajustado às condições de estímulo e, ao mesmo tempo, a esse sistema de esquemas (Heider, 1958, p. 73).

A natureza do processo de atribuição é bastante rica e complexa em Heider, de um lado estará determinada pelo nível de consciência cognitiva (ou estágio de desenvolvimento cognitivo), pelo uso ingênuo do método de diferença de Stuart Mill, pelo estilo pessoal do percebedor; e por outro, pela necessidade de equilíbrio cognitivo.

## 1.2. - PERCEPÇÃO DE CAUSALIDADE E CAUSALIDADE FENOMENAL

A realidade não nos é dada caoticamente; já a nível perceptivo tendemos a estruturá-la de forma a tornar o mundo perceptivo dotado de ordem e coerência. A estruturação significativa da realidade percebida assume espontaneamente na nossa vida diária a forma de apreensão causal, de uma distribuição em termos de causa-efeito dos fatos observados.

A percepção causal do movimento foi extensivamente estudada por Michotte (1946) e por Heider (1944). Michotte

verificou que certas combinações de estímulos visuais produzem certas impressões causais específicas. As impressões provocadas por estas combinações dependem de fatores relacionais tais como: 1) a distância espacial inicial entre objetos, 2) o tempo em que começam a mover-se, 3) sua velocidade, 4) o intervalo de tempo entre o movimento, quando o primeiro objeto entra em contato com o segundo, e o tempo em que se move o segundo objeto, 5) a natureza do contato, 6) a direção do movimento e 7) a distância percorrida.

Num experimento em que foram apresentados dois retângulos A e B, as diferentes combinações cinéticas causaram impressões específicas tais como: "A vai em direção a B", "A persegue B", "A junta-se a B e liga-se a ele", "A choca-se com B", "A persegue ou repele B", "A distorce B exercendo pressão sobre ele", "A puxa B", "A vai procurar B e leva-o embora", e "A empurra B e o segue". Michotte chama qualquer destes eventos de conexões funcionais porque o observador na realidade vê, num objeto, mudanças ocorrendo "em função" de um outro objeto.

Deve-se notar que a percepção da causalidade acima descrita é direta. A impressão "não é um 'significado' atribuído a uma tradução literal passo a passo de uma tabela de estímulos; elas são impressões primitivas, específicas, que surgem no próprio campo perceptivo" (Michotte, 1950c, p. 120).

Anteriormente a Michotte, Heider e Simmel (1944) investigaram o "movimento aparente" de objetos inanimados. Os

sujeitos foram solicitados a interpretar um filme (um desenho animado) em que três figuras geométricas (um triângulo grande, um triângulo pequeno e um círculo) eram mostrados movendo-se em diferentes direções e várias velocidades. Estas figuras movimentavam-se ao redor, dentro e fora de um grande retângulo, uma pequena parte superior do mesmo se a bria e fechava periodicamente como uma parte. Os resulta- dos apresentados por dois grupos de universitárias utilizada das como sujeitos são comentados a seguir. Ao primeiro grupo foi solicitado descrever o filme como tal, enquanto se pedia ao segundo que o interpretasse como se os objetos fosssem seres humanos. Apesar das diferenças nas instru- ções, todos os sujeitos do primeiro grupo, com exceção de um, atribuíram características humanas aos objetos. Podemos assim, tratar os resultados dos dois grupos conjuntamente. Três generalizações deste estudo são de grande interesse:

1) a relação fenomenal entre os objetos era determinada pela sucessão temporal, proximidade espacial e boa continuidade. Por exemplo, numa das cenas o triângulo grande estava perseguindo o pequeno, até tocá-lo, quando este mudou sua direção e parou. Esta cena foi em geral interpretada como se segue: o homem grande estava perseguindo o pequeno e, quando o apanhou, agrediu-o até que este rolou, sob o impacto de seu golpe. Esta interpretação ilustra o princípio de sucessão temporal e boa continuidade. O principio de proximidade espacial determinava relações "interpessuais" entre os três objetos. Assim, o pequeno triâng

gulo e o círculo, que eram vistos juntos frequentemente se salientavam como um homem e uma mulher apaixonados. O triângulo grande era visto como um vilão que lutava com o homem pequeno e que seguia e perseguia a mocinha.

2) Causalidade fenomenal. Primeiro, descobriu-se que a interpretação de combinações de movimentos simples variava de acordo com a unidade vista como origem. Além disso, os movimentos eram organizados em termos dos atos das pessoas. Assim, quando o triângulo grande se movia para o triângulo pequeno e o último mudava de direção, esta cena era percebida como o triângulo grande comunicando energia ao pequeno. A interpretação era de que o golpe fenomenal do grande homem levava o pequeno a cair. Segundo: a causalidade fenomenal era produzida pelo impacto de um objeto sobre o outro. A impressão de um movimento aparente de energia era muito forte. O movimento simultâneo com contato prolongado, e não curto, dava também a impressão de um objeto estar provocando alguma coisa no outro. Assim, cada uma das três figuras procurava movimentar a "porta" no retângulo ("casa") quando a figura e a porta se moviam juntas em contato prolongado. Dizia-se que a figura empurrava ou puxava a porta.

3) Percepção de "intencionalidade" ou motivo. Era dito com frequência que o homem grande "queria" ferir o pequeno ou que "atraía" a moça para dentro, "convidava-a para entrar", todas carregavam o significado de intenção, isto é, eram atribuídos certos motivos aos objetos. A clas

sificação destes motivos se baseava nos seguintes fatores:

- a) A pessoa a quem era atribuída a origem do movimento: por exemplo, o homem grande queria molestar a mocinha, e enquanto o homem pequeno queria salvá-la.
- b) A seqüência de eventos: por exemplo, o homem grande seguia a mocinha ao redor da casa e depois entrava para persigui-la e molestá-la. Os motivos eram interpretados em termos de uma sucessão de mudanças que se transformavam numa seqüência ligada.
- c) Finalmente, o campo circundante determinava os motivos e, em consequência, o significado do evento, como por exemplo, o fato de as figuras estarem dentro ou fora da casa.

O trabalho discutido neste trecho sugere que princípios de configuração como boa continuidade, proximidade e efeitos de figura-fundo representam um papel significante na organização de percepções e expressões motivacionais e emotivas sob certas condições experimentais.

Heider irá desenvolver em um artigo, as generalizações que este experimento permitia para uma variedade de casos mais concretos do comportamento social, indicando que "a discussão não ficará mais restrita ao processo puramente perceptual mas incluirá processos como "apercepção" ou "cognição" (Heider, 1944, Psychological Review, p. 358). Suas idéias

centrais valem aqui serem expostas.

A organização do meio ambiente social parece seguir as mesmas leis que regem a percepção em geral. Também na organização do campo social uma mudança é atribuída a uma dada origem. A origem e a mudança, a qual é atribuída a origem, formam uma unidade; isto é, a mudança "pertence" à origem. Mudança e origem parecem fenomenalmente como dependência. Portanto, a atribuição de origem é um caso de "causalidade fenomenal" ou "integração causal". O termo 'integração causal' é tomado a Ryan que em 1940 indicou que a atribuição de origem a uma dada fonte de som, não é um 'padrão de qualidade', mas pertence às características "dinâmicas" de um objeto. Existe uma diferença entre o "padrão de qualidade" que corresponde a uma unidade objeto, a qual é mais estritamente unida do que a unidade produzida por integração causal, na qual origem e efeito são partes relativamente independentes. Tais efeitos causais produzidos por esta causalidade dinâmica ou fenomenal, frequentemente exercem o papel de dados, e podem ser pensados como estímulos proximais através dos quais nos são mediadas propriedades das origens, as quais pertencem ao meio ambiente psicológico estável.

Em termos de percepção de pessoas esta forma de organização também prevalece, a pessoa e seu ato formam uma unidade básica. Esta tendência a não desenvolver uma análise causal exaustiva (tal como deve ocorrer na reflexão científica) é o que caracteriza a causalidade fenomenal. As pessoas tendem a ser vistas como origens causais. As pessoas

são protótipos de origens. Na percepção de seus atos tendemos a atribuí-los de maneira absoluta a uma origem, a cadeia causal termina aí: na pessoa. O fato de prevalecer esta personificação, esta tendência a atribuir mudanças a origens pessoais pode ser pelo menos em parte, explicado pela simplicidade da organização-por-origem. As mudanças são atribuídas a uma única e concreta unidade como fonte, a qual é certamente uma organização mais simples do que aquela para a qual uma análise em termos de nexus causais levaria a várias condições possíveis. Sumariando, Heider nos diz que... "esta integração causal é de grande importância na organização do campo social. É a responsável pela formação de unidades que consistem de pessoas e seus atos, a qual segue as leis da formação da unidade perceptual. Similidade e proximidade favorecem a atribuição de atos a pessoas; e as unidades pessoa-ato uma vez estabelecidas geram assimilação ou contraste entre as partes. Tensões pessoais podem influenciar esta integração causal social" (Heider, 1944, p. 374).

### 1.3. - PROPRIEDADES DISPOSICIONAIS

O termo 'propriedade disposicional' é certamente de difícil compreensão, e parece ter sido usado com ambiguidade em Heider. Explicitar sua referência em meio às conotações que assume nos trechos em que ocorre, será nossa tarefa a seguir. Sua definição mais genérica é a de que o termo propriedade disposicional é aplicado às propriedades que "dispõem" objetos e acontecimentos a se manifestarem de certas maneiras, sob certas condições" (Heider, 1958, p. 96).

Podemos entretanto, indicar três importantes classes de referentes para 'propriedades disposicionais' em Heider:

- (1) Entidades mentais ou psicológicas — conceitos que não são definidos num sentido físico (por exemplo: amistosidade, uma característica duradoura da personalidade que permite predizer o comportamento de uma dada pessoa).
- (2) Propriedade dos objetos e estruturas estáticas (por exemplo: cor, tamanho, forma; a forma esférica que é uma propriedade persistente de uma bola torna possível predizer o comportamento "rolante" da bola).
- (3) Processos (por exemplo: a frase "A prática permite a perfeição" é satisfatória como princípio explicativo na medida em que se pensa que o processo de

repetição está muito coordenado com habilidade"

(Heider, 1958, p. 47).

Parece-nos, portanto, que há diversos tipos de "invariâncias" às quais se refere o termo, também estas "disposições" são mais ou menos "pré-dispostas", no sentido de que 'propriedade disposicional', pode se referir tanto a uma qualidade física e facilmente detectável de um objeto quanto a uma qualidade de personalidade não tão diretamente acessível e verificável. É bastante provável que a forma esférica de uma bola permaneça sendo vista como tal, mudado o seu meio circundante, mas é bastante difícil se prever que uma dada forma amistosa de comportamento permaneça sendo vista como tal, mudadas as circunstâncias em que teria ocorrido.

Por outro lado existem indicações, ainda que as provas existentes em pesquisas não sejam totalmente claras, de que não é elevada a estabilidade de comportamento em situações diferentes, e ainda se questiona sobre se a estabilidade de comportamento resulta de coerência de personalidade ou de coerências de pressões da situação (Mischel, 1968). Certamente o fato destas "invariâncias"(1) qualidades de comportamento, (2) propriedades físicas, (3) coordenações constantes, não possuírem um mesmo e único referente, isto é, não poderem ser demonstradas verdadeiras através de um único critério de verificação, gerou diversos critérios atribucionais. Assim, acredito que uma propriedade disposicional do comportamento como "amistosidade" não possa ser atribuída e consta

tada verdadeira, da mesma forma que poderia ser atribuída e constatada verdadeira a propriedade "rolante", de uma bola. Heider nos chama a atenção de que com respeito ao processo interpessoal, "... não são mencionados os dados comportamentais específicos em que se baseiam os julgamentos ou as percepções de desejos, habilidades ou traços da outra pessoa. Podemos até pensar que a descrição do processo interpessoal essencial não ganharia muito em exatidão se os dados fossem especificados. Quando A observa o comportamento de B, "lê" esse comportamento através de entidades psicológicas (e suas reações como são orientadas por seus sentimentos, expectativas e emoções, só podem ser entendidas em função de conceitos psicológicos)" (Heider, 1958, p. 47).

Neste sentido podemos dizer que propriedades disposicionais não narram ocorrências, nem se referem a descrições de estado, nem a dados diretamente observáveis e nem a conceitos coordenados diretamente a estímulos ordinais. As propriedades psicológicas disposicionais são como que conceitos que participam de um sistema de conceitos que possibilitam uma categorização significativa da realidade.

O homem como que busca as causas subjacentes a uma data ocorrência e estas descrições explicativas podem ser datas a diferentes níveis de consciência cognitiva. "A busca de aspectos relativamente duradouros de nosso mundo, as propriedades disposicionais da natureza, podem levar-nos para muito longe dos fatos imediatos ou podem terminar a apenas um passo destes" (Heider, 1958, p. 98). Portanto as pro

propriedades disposicionais são realidades inferidas, realidades cujo valor é serem consistentes, validadas pelo consenso e pelo fato de serem suficientes para dotarem de sentido e coerência o fato percebido. A suficiência portanto, de uma propriedade disposicional inferida é relativa à sua função de preencher a necessidade de sentido e coerência de um percebedor ou de um dado grupo de percebedores em determinadas circunstâncias e num determinado tempo. Isto nos leva a concluir que o critério de validação de uma dada propriedade disposicional é seu valor lógico, enquanto é suficiente e adequado assinalar uma fonte causal para o percebido, validada pelo consenso. Para alguns autores este problema da referência de termo 'propriedades disposicionais' é deixado de lado uma vez que parecem reduzir sua referência apenas à estruturas estáticas ou propriedades de objetos e pessoas. Isto implica numa simplificação do problema geral do conhecimento humano, que é apenas ligeiramente abordado quando se diz: "a teoria de atribuição está relacionada a um campo mais amplo denominado "epistemologia psicológica", uma ciência que analisa o processo pelo qual o homem 'conhece' seu mundo" (Jones, Kanouse, Kelley, Nisbett, Valins, Wiener, 1972).

A nosso ver, o valor teórico deste termo está no fato de não indicar que o percebedor busque uma verdade do objeto nem por outro lado, uma verdade de si, mas sim que constrói uma compreensão ou estrutura uma apreensão inteligente,

funcional e útil do mundo percebido, de forma a torná-lo significativo e controlável. Só em termos de indicar uma construção cognitiva da realidade, ao mesmo tempo lógica e útil, possui sentido o uso deste termo na construção científica da psicologia. Não se deve reduzir o valor e a riqueza da construção genuína da realidade que o homem faz a uma simples constatação de sua correspondência à realidade empírica ou a uma dada realidade transcendental pressuposta. Trata-se antes de conhecer a originalidade desta construção, a lógica e o sentido da mesma e seu valor para o homem em circunstâncias sócio-culturais diferentes. Certamente o homem é consciente de que não dispõe de um controle definitivo de fenômenos naturais e de sua própria natureza, mas não deixa de estar também consciente de que este controle não depende de uma resposta da natureza, mas primordialmente de sua pergunta.

#### 1.4. - FORÇAS PESSOAIS E AMBIENTAIS. CAUSALIDADE PESSOAL E IMPESSOAL

Heider supõe que os resultados da ação sejam causados por certa combinação de características pessoais e forças ambientais. A pessoa pode ter feito alguma coisa porque teve que fazê-la, pois as forças ambientais eram extraordinariamente fortes; ou porque desejava fazê-la, uma vez que as propriedades disposicionais internas eram suficientemente fortes para provocar o comportamento dentro do ambiente existente. Na análise de Heider, um resultado ou efeito da ação é percebido como função aditiva da força ambiental eficiente e da força efetiva da pessoa, que por sua vez é uma função multiplicativa de seu poder ou capacidade e dos esforços que faz (denominados tentativas).

$$\text{Efeito} = \left[ \begin{array}{l} f \text{ Força ambiental} + \text{Força Pessoal} \\ \text{(Capacidade X Tentar)} \end{array} \right]$$

A relação aditiva entre força ambiental e força pessoal supõe uma, entre três coisas: a força ambiental isolada ou a força pessoal isolada poderiam provocar o resultado (um homem poderia tirar as folhas de um gramado; o mesmo poderia ser feito pelo vento forte); a força ambiental poderia trabalhar na mesma direção da força pessoal e, portanto, complementá-la; a força ambiental poderia trabalhar na direção o

posta à de força pessoal e, portanto, reduzir sua eficiên  
cia. De outro lado, a relação multiplicativa entre poder e  
tentar supõe que, na ausência de um dos componentes, a in  
tensidade da força pessoal seria zero. Uma pessoa poderia  
tentar muito, mas, se não tivesse poder para provocar um a  
contecimento, o esforço daria em nada. De forma semelhante,  
o poder só se torna uma força quando se faz esforço. A fim  
de fazer uma atribuição de causalidade interna ou externa,  
o percebedor precisa avaliar as intensidades relativas da  
força ambiental e da pessoal. Uma das mais importantes de  
cisões do percebedor é avaliar até que ponto a força inter  
na, e não a externa (onde se incluem outras pessoas), foi  
responsável pelos efeitos das ações de uma pessoa.

Heider divide as percepções de causalidade em casos de  
causalidade pessoal e causalidade impessoal. A causalidade  
pessoal percebida é um subconjunto de causalidade interna  
percebida e abrange apenas os acontecimentos que o outro  
pretendia provocar. A causalidade impessoal consiste não  
apenas de efeitos externamente causados, mas também de efeiti  
tos que foram causados pelo outro, mas que este não preten  
dia causar. Portanto, embora os acontecimentos pessoais seja  
jam intencionais e dirigidos para objetivos, alguns de seus  
resultados não são desejados, e por isso têm alguma das carac  
terísticas de ação impessoal. Um ato pessoal é, geralmente,  
o resultado de uma intenção para provocar uma conseq  
uência mais ou menos complexa. Além dessa conseq  
uência pretendida,

existem sempre conseqüências que não foram previstas e não são parte da intenção. Na realidade algumas dessas conseqüências podem ser completamente acidentais, isto é, o ator (agente) não pode prevêê-los. Outras conseqüências não-intencionais podem ser incidentais, mais do que acidentais. São reconhecidas, mais ou menos claramente pelo ator, mas não constituem parte de sua intenção. A intenção, visando um objetivo é cega quanto as conseqüências acidentais e desinteressada por suas conseqüências incidentais. De outro lado, a causação pessoal de um acontecimento exige que a pessoa tenha a capacidade para criar o efeito e tenha tentado fazê-lo. A distinção pessoal-impessoal é fundamental para a análise de Heider, pois a pessoa é considerada responsável apenas por efeitos pessoalmente causados e apenas tais efeitos constituem informações a respeito das propriedades disposicionais da pessoa. O que tento fazer e tenho a capacidade para fazer pode revelar algo a respeito de meu eu interior mas as conseqüências acidentais e incidentais de meu comportamento dizem pouco ou nada a respeito de minhas propriedades disposicionais duradouras.

#### SER CAPAZ e TENTAR

A percepção de capacidade é descrita por Heider de forma simples e clara: se uma pessoa é capaz de causar algum efeito e tenta causá-lo, irá causá-lo. O senso comum possui uma teoria ingênua de capacidade. O fato de uma pessoa po

der, ou não, provocar algum acontecimento, é atribuído a dois fatores: 1) uma característica da pessoa (capacidade) e 2) uma característica da tarefa (sua dificuldade). Os dois conceitos estão inter-relacionados, pois uma pessoa é capaz de realizar um ato se a dificuldade não é maior do que sua capacidade. Do ponto de vista do senso comum, nada mais simples e claro do que a compreensão destes conceitos, entretanto para defini-los cientificamente nos deparamos com algumas dificuldades, não nos é fácil definir empiricamente, e nem mensurar os fatores de capacidade individual e dificuldade da tarefa. Estes conceitos pertencem a classe das variáveis denominadas variáveis disposicionais, que comentamos anteriormente. E em termos da percepção de forças pessoais efetivas na vida diária encontramos boas razões funcionais para atribuírmos propriedades disposicionais às pessoas. Para que possamos afirmar que uma determinada pessoa irá realizar uma determinada tarefa, precisamos saber se ela possui capacidade para tal. A capacidade não se revela necessariamente por seu comportamento momentâneo. A informação, a respeito, pode ser obtida a partir de nossa experiência passada com a pessoa, mas o processo não consiste apenas em contar os seus triunfos. Chegamos a avaliar a capacidade de uma pessoa ao observar que ela conseguiu realizar tarefas, onde outras pessoas fracassaram. Uma pessoa que fracassou em tarefas onde muitas outras se saíram bem, é considerada como pessoa de pouca capacidade. Assim por uma distilação de experiências passadas, verificamos quais

as pessoas capazes e quais as tarefas difíceis; dessa maneira, formamos expectativas quanto aos que conseguirão vencer determinada tarefa. Toda essa fatoração complexa de dados, a respeito de êxito e fracasso, em duas variáveis, capacidade pessoal e dificuldade da tarefa, é realizada mais ou menos intuitivamente nas relações interpessoais comuns da vida diária.

Portanto, tarefas extremamente difíceis ou extremamente fáceis fazem com que as atribuições de ser capaz tornem-se insignificantes. Evidentemente o máximo de informação a respeito de diferenças de capacidade é dado por comportamento em tarefas de dificuldade média. Entretanto se uma pessoa fracassa em uma tarefa de dificuldade média não temos uma prova muito clara de que não é capaz de fazê-la, pois é possível que tenha a capacidade e não tenha tentado.

A percepção de tentar. A tentativa do indivíduo é uma condição que precisa ser atendida antes que um ato pessoal possa ser percebido como eficiente. Como os acontecimentos pessoais são intencionais e estão voltados para um objetivo, eles exigem motivação. Uma pessoa não realiza sua intenção sem tentar provocá-la. Tentar indica que o resultado é realmente pretendido e que o comportamento está voltado para ele. Portanto a teoria ingênua da ação intencional inclui suposições tácitas tais como, que as ações pessoais são realizadas por organismos que sabem o que estão fazendo e cujo comportamento é orientado por informações recebidas do meio ambiente,

que esse conhecimento seja consciente, ou facilmente acessível à consciência. Na análise ingênua de ação, a percepção de tentar tem dois componentes: intenção e esforço. O primeiro refere-se a um aspecto qualitativo, isto é, o que a pessoa tenta fazer. Isto descreve sua intenção. O outro refere-se a intensidade de sua tentativa. Ou em outras palavras até que ponto procura fazê-lo. O esforço está ligado, de um lado, à força da motivação e, de outro à probabilidade de êxito. Quanto mais uma pessoa deseja alguma coisa, mais tenta; e quanto mais tenta, maior sua probabilidade de êxito, sobretudo se não fôr muito grande a diferença entre sua capacidade e a dificuldade. Em outras palavras o esforço pode aumentar o poder de uma pessoa. O que uma pessoa tenta fazer é sua intenção. O fato de tentar é considerado sinal inequívoco de intenção. Se um indivíduo tenta fazer alguma coisa, pode provocar outros resultados, diferentes daqueles que pretende provocar, mas nunca tenta fazer algo que não pretende fazer. Neste sentido as percepções do que uma pessoa deseja realmente fazer não são tão imediatamente evidentes porque existe a equifinalidade, que no sistema de Heider refere-se a vários caminhos para o mesmo objetivo. O que uma pessoa deseja fazer pode ser fixo, mas esta possui várias maneiras para conseguir realizá-lo. Um exemplo que indicam Hastorf, Schneider e Polefka (1970) é o seguinte: "Se alguém deseja demonstrar sua amizade, pode cumprimentá-lo afetuosamente quando o encontrar na rua e co

meça a conversar, convidar você para um jantar, mandar a você um cartão no dia de seu aniversário. Se as coisas correm como ele deseja, você pode inferir que é seu amigo ou é pessoa amistosa. Ao mesmo tempo, a mesma ação usualmente atinge várias coisas. Ao falar com você na rua, pode fazer com que você chegue atrasado para a aula, aborrecer alguém que deseja falar com você ou com ele, dificulta o trânsito, etc... Estes últimos efeitos não são intencionais, e o percebedor precisa verificar quais os efeitos intencionais, a fim de fazer inferências sobre as características disposicionais de outra pessoa". (p. 65) É evidente que todo o trabalho do percebedor será o de apoiando-se em alguns indícios inferior qual dos efeitos você pretendia atingir. Nas percepções referentes a ser capaz e tentar determinam em grande parte a atribuição de intenção e de propriedades disposicionais aos outros.

Deve-se ressaltar ainda que a atribuição de uma conduta a uma ou outra fonte causal (a si mesmo ou ao ambiente, a características pessoais ou a requisitos objetivos da situação) frequentemente requererá comparações sociais. Para poder estabelecer se os próprios juízos, crenças e opiniões são objetivamente corretos ou se respondem meramente a características pessoais, será necessário comparar as próprias opiniões com as alheias. Da mesma forma, para decidir se a dificuldade experimentada frente a uma tarefa se deve à própria pessoa ou à tarefa é necessário saber como a realizam os outros.

## B) O MODELO ATO-DISPOSIÇÃO

## 2.1. - INTRODUÇÃO

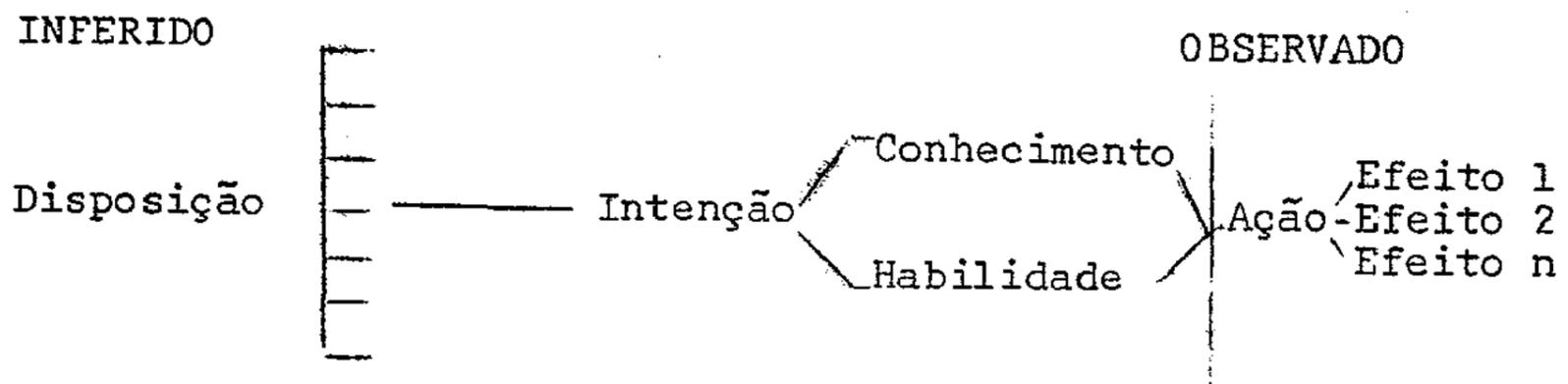
O trabalho a que se dedicaram os teóricos de atribuição após Heider foi o de formular explícita e operacionalmente regras de inferência que justificassem, ou permitissem derivar, as induções feitas quotidianamente pelos percebedores sobre as causas dos atos observados.

Quais seriam as regras que, implicitamente, usam as pessoas quando observam o comportamento dos outros que as permitem inferir as causas dos atos das mesmas?

Os atos observados são muitos e variáveis, mas só adquirem sentido quando os relacionamos às suas possíveis causas. Jones e Davis voltam-se para este problema colocado inicialmente por Heider: a percepção das causas dos atos do outro. O caminho é o de que, tendo por pressuposto que a percepção de causalidade pessoal depende da percepção de intenção, os autores voltam-se para a pesquisa da atribuição ao outro de uma intenção ou de uma disposição pessoal. A difficuldade que enfrentarão é: como um observador apreende as intenções subjacentes às ações de um indivíduo?

## 2.2. - AS INFERÊNCIAS CORRESPONDENTES

Os autores de forma a simplificar o modelo de Heider, postulam que, para que ocorra atribuição de intenção, o observador deve ter como hipótese que: (1) o ator aja com consciência dos efeitos resultantes de sua ação; (2) tenha capacidade para criar tais efeitos. Portanto o observador tenta inferir quais os efeitos que o ator pretendia provocar, e, sob certas condições, tais intenções inferidas dos efeitos são usadas para inferir propriedades disposicionais da pessoa. Abaixo o paradigma de atribuição da ação de Jones e Davis:



(Paradigma Ação-Atribuição — Jones e Davis, 1965).

Nas palavras dos autores: "We shall here largely ignore the problems involved in imputing knowledge and ability and concentrate on specific linkages between effects achieved and intentions revealed. We assume that those consequences of action obviously neither intended by the actor nor within

the range of his capabilities will be considered irrelevant by the perceiver" (Jones e Davis, 1965, p. 222).

Portanto, suposto que o ator tem consciência dos efeitos de sua ação e da capacidade para a realizar, é ainda necessário supor que possua liberdade de escolha, tenha opções ao agir. Apenas neste caso é que o observador pode estar certo de que o ato teve sua origem no ator ele-mesmo; e não em exigências da situação que o constrangeram a exibir um papel determinado.

O observador pode então estabelecer uma "correspondência" entre a ação e a intenção, depois entre intenção e disposição (a percepção desta união é chamada pelos autores "attribute linkage effect"). Os autores introduzem o termo "correspondência" para servir como uma medida em que, através de uma descrição possa ser possível estabelecer até que ponto (a) determinada intenção pode descrever a ação ; (b) determinada propriedade disposicional pode explicar a intenção e (c) em consequência, determinada propriedade disposicional pode descrever a ação. Operacionalmente o observador é convidado a expressar o seu julgamento sobre o ator em relação ao que pensa ser a posição de um indivíduo médio. Um julgamento extremado demonstra em princípio uma forte correspondência entre uma característica estável e pessoal do ator e o ato singular observado. Ou seja, as inferências extremas são vistas como mais correspondentes. A inferência "ele é uma pessoa muito afetuosa" é mais corres

pondente do que "é uma pessoa mais ou menos afetuosa". Na medida em que, em uma descrição do comportamento as mesmas palavras possam ser usadas para descrever o comportamento, e sua causa subjacente diz-se que uma inferência é correspondente. Para que possa efetuar inferências correspondentes, ou ter um razoável grau de certeza em relação às suas inferências o observador deve estar atento ao efeito não comum a dois atos: é aquele que corresponderá a uma intenção específica. É agora necessário supor que o ator exiba um ato que se faça acompanhar de um efeito singular e específico sem o que o observador não será capaz de ter certeza de sua inferência com relação à intenção específica de um dado ato e sua conseqüente disposição.

Em resumo, liberdade de escolha e não comunalidade de efeitos são dois critérios básicos a que o observador deve se ater para inferir intenção. Exemplos ilustrativos foram dados por Jones e Davis:

- (1) Quais são as intenções que para um observador determinam a escolha do Dr. Smedley — jovem e brilhante psicólogo — entre um posto na Universidade de Yale e um posto na Universidade de Harvard. Um conjunto de efeitos são comuns à escolha tanto de Yale quanto de Harvard, (bons salários, prestígio, proximidade de Nova York, etc...), tais efeitos não seriam, portanto, discriminativos. Por outro lado, o efeito específico de cada escolha (por exemplo: a ênfase dada pela Universidade de Harvard em pesquisa interdisciplinar) permite a

tribuir ao Dr. Smedley uma intenção, ou até mesmo uma disposição específica quanto à interdisciplinaridade (Jones e Davis, 1965, p. 226).

- (2) Digamos que uma moça quer casar-se e pode escolher entre três pretendentes A, B, C. Os efeitos do casamento considerados no exemplo são cinco: 1) boa situação financeira; 2) boa posição social; 3) satisfação sexual; 4) o fato de ter muitos filhos; e 5) satisfação intelectual. O pretendente A é rico, de posição social e fisicamente atraente; o pretendente B é rico, fisicamente atraente e gosta de família numerosa; o pretendente C é fisicamente atraente e é do tipo intelectual.

Ora, a atração física dos pretendentes e a conseqüente satisfação da moça que quer casar-se é uma característica comum aos três; tal efeito, por si só, nada dirá acerca da disposição subjacente à escolha da moça. Eliminando, portanto, tal característica, vemos que os efeitos não comuns, isto é, típicos a cada pretendentes são: riqueza e posição social no caso de A; gosto por família numerosa e riqueza no caso de B; e satisfação intelectual no caso de C. Se a moça escolhe A inferimos que ela é uma "snob"; se escolhe B, a inferência é no sentido de que ela seja do tipo maternal; se escolhe C, inferre-se que ela seja uma intelectual.

### 2.3. - DISPOSIÇÃO PESSOAL E ACEITAÇÃO SOCIAL

Jones e Davis supõem que a correspondência de inferência, varie inversamente com a aceitação social do comportamento e com o número de efeitos não comuns, como já vimos. Em outras palavras, a atribuição de uma disposição pessoal é função inversa do (a) número de efeitos específicos de uma ação e (b) de sua aceitação social. A variável aceitação social subentende que: (1) supõe-se que as pessoas pretendem com suas ações consequências ou efeitos socialmente desejáveis. Mas ao mesmo tempo hipotetiza que (2) os efeitos socialmente desejáveis de uma dada ação nos fornecem pouca informação a respeito das disposições características das pessoas. Por efeitos socialmente desejáveis Jones e Davis querem efeitos que são comuns, visíveis, e que portanto estão mais ou menos próximos à norma social. Se alguém realiza um ato socialmente desejável, portanto aceitável, claro e esperado, não obtemos muita informação a seu res-peito através deste seu ato, o que podemos afirmar é que tal pessoa é semelhante à maioria. Portanto o comportamento costumeiro, de praxe, funciona como algo que dificulta o processo de inferência: Por exemplo: "Se uma pessoa pedisse cinco cruzeiros emprestados a um amigo e se este lhe emprestasse essa quantia, não diríamos que o amigo foi muito bondoso ou que ajudou muito o outro. Como a maioria das pessoas faria a mesma coisa, estaria apenas correspondendo

a uma norma, isto é, emprestar pequenas quantias a amigos. Não podemos saber se seu comportamento foi causado por sua generosidade ou por sua aceitação de normas (interna ou externamente causado). Se se recusasse a emprestar o dinheiro (quando o tivesse, isto é, quando tivesse a capacidade para atender ao pedido), teríamos mais tendência para dizer que não é bondoso, que é avarento, ou coisa parecida pois seu comportamento seria pouco usual. Portanto, a regra simples é a seguinte: na medida em que os efeitos do comportamento se desviam mais marcadamente do que a pessoa média faria, ou do que as normas dizem que deveria fazer, poderíamos inferir mais coisas a seu respeito e nossas atribuições seriam mais correspondentes" (Hastorf, Schneider e Polefka , 1970 p. 67).

Assim para que haja correspondência, isto é, a certeza em relação às inferências que fazemos a respeito das intenções e disposições, aumento à medida que diminui o valor social dos efeitos e à medida que diminui o número de efeitos não comuns entre determinada ação e a ação não escolhida.

Em resumo, o processo compreende as seguintes etapas:

- 1.<sup>a</sup>) observar os efeitos de uma ação,
- 2.<sup>a</sup>) compará-los mentalmente aos efeitos de uma ação possível mas não realizada (ou rejeitada) pelo ator; determinar quais são os efeitos comuns e seus efeitos específicos,

- 3.<sup>a</sup>) ter em consideração as conseqüências comuns ou não da ação, suas características não comuns à norma social;
- 4.<sup>a</sup>) atribuir (estabelecer uma correspondência entre uma ação e ...), uma intenção e uma disposição sobre a base dos efeitos específicos da ação escolhida.

Enfim, o problema é saber a partir de que inferências o observador é capaz de decidir qual foi a intenção mais provável do sujeito. O observador então leva em consideração que, (1) alguns efeitos são mais desejáveis do que ou tros, (2) mas tais efeitos de atos habituais, aqueles que o bom senso nos mostra como desejáveis não nos indicam muita coisa sobre o grau de motivação com que o sujeito os exibiu e portanto seu verdadeiro envolvimento. Desde que um ato foi feito implicando conseqüências não-comuns,  muitas vezes implicando em sacrifícios para o que escolhe, o observador mais rapidamente atribui tal atitude ao caráter pessoal do ator, a uma motivação interior, independente das pressões exteriores. São portanto os elementos que, em uma dada escolha não correspondem diretamente às exigências da situação, mas que se explicam pelas características particulares do sujeito, que revelam melhor a origem interna desta escolha. Parece assim que o observador tem a tendêncoa de buscar a prova das intenções do sujeito nos aspectos de sua conduta não conforme os hábitos sociais.

#### 2.4. - RELEVÂNCIA HEDÔNICA E PERSONALISMO

Jones e Davis introduzem duas outras variáveis em seu modelo: Relevância Hedônica e Personalismo.

Relevância Hedônica é uma variável que diz respeito à influência que as escolhas do ator exercem sobre o observador, as quais podem ter efeitos positivos ou negativos em relação aos valores do observador. Indica até que ponto a ação de uma pessoa é agradável ou desagradável para o observador. Em função da força com que afeta em termos de consequências boas ou más o observador este terá maior confiança na atribuição que fará sobre a disposição do ator. Se a ação do ator não afetar o observador este não terá tanta confiança na atribuição que fará. Portanto, a Relevância Hedônica aumenta a correspondência e faz com que tenhamos uma reação mais intensa à inferência feita. Um efeito bastante importante desta variável é o de que uma vez que uma de suas ações foi fortemente de encontro aos meus valores eu posso passar a agrupar muitos efeitos de suas atitudes em torno de um dado ponto de vista valorativo, tal qual no efeito de "halo". Em síntese, a Relevância Hedônica de um ato para o observador aumentará a correspondência ato-disposição no processo da atribuição.

A segunda variável é o Personalismo; supõe que a presença ou os atributos do percebido contribuíram para a intenção do ator ao provocar tais efeitos. Percebo que suas ações foram pelo menos parcialmente influenciadas pela

nha presença. Fundamentalmente, percebo que seu o comportamento foi dirigido para mim. Refere-se portanto, à existência de uma intenção do ator em direção ao observador elemesmo. Conforme comentam Rodrigues e Reis "... Jones e Davis partem aqui do pressuposto de que "p", tendo atingido o segundo grau de atribuição, isto é, tendo atribuído intenção a "o" de fazer "x", ele se sente mais confiante na sua inferência da disposição subjacente ao ato de "o" (Rodrigues e Reis, 1969, p. 19)".

Estas duas variáveis estão bastante relacionadas uma vez que um ato só é relevante hedonicamente se o ator afeta o observador com sua ação e desde que o observador perceba a intenção do ator em afetá-lo especificamente.

Colocam assim à nossa consideração um fato importante: o observador participa e é influenciado pelos efeitos resultantes da ação do ator, por sua vez ao perceber que as ações do ator se dirigem especificamente para ele, o percebedor, reage mais intensamente a tais efeitos. Estas duas variáveis complementam-se uma vez que indicam que uma situação de atribuição implica uma influência mútua ator-observador e observador-ator. A introdução destas variáveis tem o valor de enfatizar a atribuição em termos de um fenômeno psico-social.

## C) A ATRIBUIÇÃO E SEU PROCESSO

EM H. H. KELLEY

## 3.1. - INTRODUÇÃO

O caminho que Kelley prossegue é o de simplificar, em termos de uma objetivação e operacionalização, o fenômeno de atribuição. Por sua vez, propõe que se deva deixar de lado na análise de atribuição, a causação pessoal, no sentido de que visa mais excluir do que analisar as noções heiderianas de "ser capaz" e "tentar" e suas respectivas constituintes "poder" e "capacidade", "intenção" e "esforço". Sua análise considera mais o problema de excluir causas pessoais do que identificá-las e considerá-las. Kelly (1967) inicia seu artigo referindo-se a Heider (1958) e indica que os conceitos atribucionais são usados por pessoas de formações teóricas as mais variadas em suas análises de fenômenos bastante diversos. Justifica sua apresentação num simpósio de motivação afirmando que implícito ao processo está o dado motivacional de que o indivíduo age como se estivesse buscando um domínio cognitivo da estrutura causal do ambiente; e que o processo de atribuição parece instigar, sob determinadas condições, atividades tais como procurar informação, comunicação e persuasão. Tais indicações, e o próprio fato de ter sido apresentado num simpósio de motivação pode nos levar a pensar que o autor tivesse a intenção de

ênfatizar o aspecto motivacional do processo. A nosso ver, tal não parece ser suficiente para que se possa atribuir ao autor esta intenção. Poder-se-á verificar que em artigos posteriores ele não persiste nesta aplicação, mas ao contrário, parece buscar fundamentar a atribuição como um processo cognitivo básico. Kelley, na verdade, irá desenvolver uma sugestão apresentada por Heider, a de que o método da diferença de Stuart Mill é um princípio importante para a atribuição do percepto, em alguns casos a fatores no percebedor e em outros a propriedades do objeto ou das condições mediadoras. Uma vez que visa a precisar as condições de uma atribuição externa o problema que se propõe pode ser visto como o inverso do que propõem Jones e Davis. O observador de Jones e Davis busca a diferenciação introduzida em um ato por uma dada pessoa particular; o de Kelley busca eliminar toda diferenciação de forma a se ater à uma realidade não relacionada a uma determinado sujeito particular (desviante ou não) mas a propriedades disposicionais de entidades no meio ambiente. Jones e Davis preocupam-se com as circunstâncias sob as quais um ator é visto como a causa de determinados efeitos, enquanto que Kelley se preocupa com as circunstâncias sob as quais pode se atribuir os efeitos primordialmente ao meio ambiente. "Kelley salienta critérios de validação externa, isto é, critérios objetivos contra os quais inferências subjetivas podem ser validadas. Os critérios de Jones e Davis (1965) são mais de natureza subjetiva,

determinando o grau de certeza das inferências feitas; os critérios apresentados por Kelley (1967) constituem-se no que há de mais objetivo até agora no que tange à validação de atribuições". (Rodrigues e Reis, 1967, p. 20)

Deve-se portanto ressaltar que sua intenção primeira parece ser desenvolver a análise do processo de atribuição como um fenômeno básico e independente de outros, assim como generalizá-lo no que diz respeito à sua pertinência em relação a outros domínios da psicologia social.

### 3.2. - TEORIA DE ATRIBUIÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

#### a) O PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO

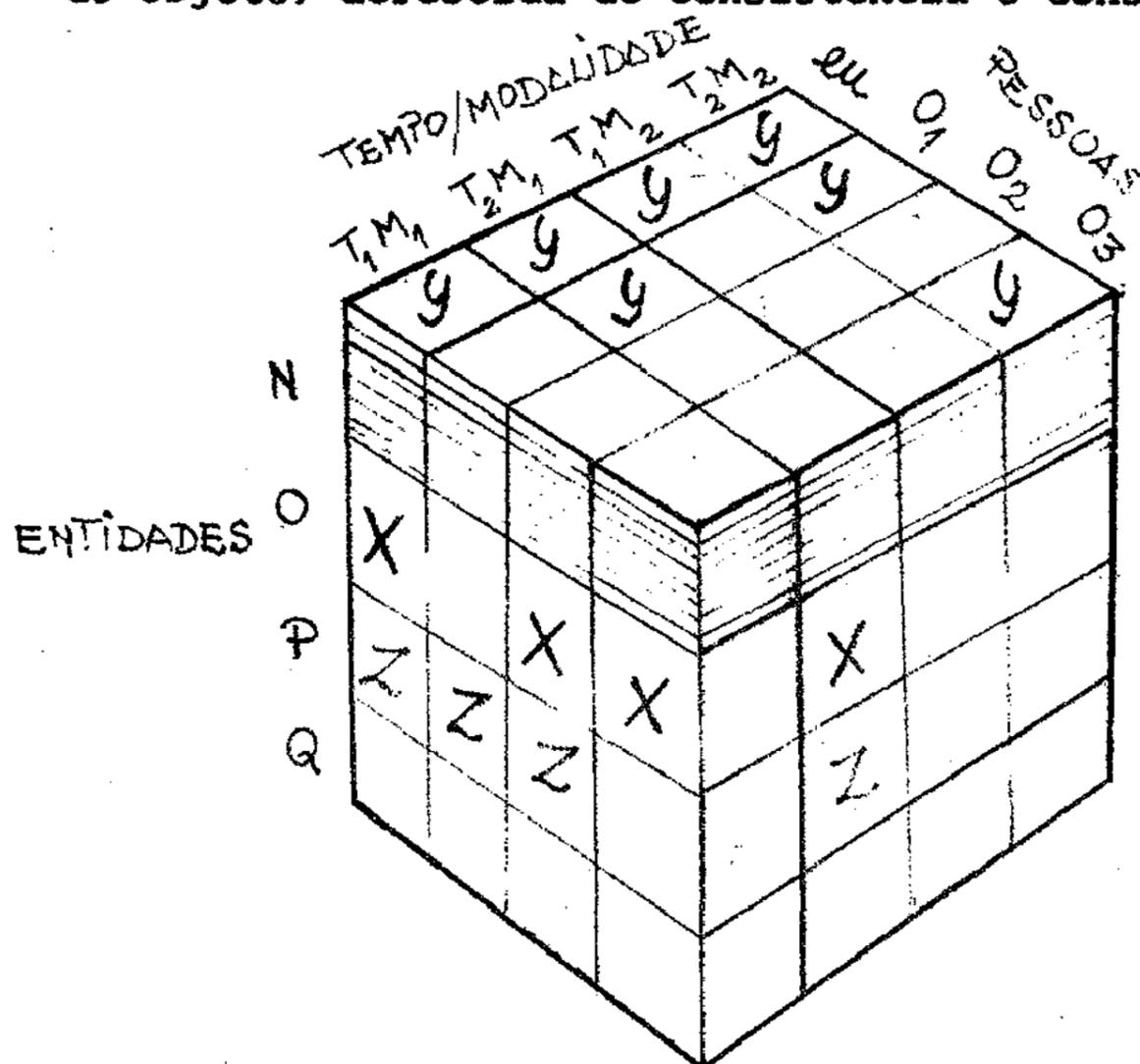
Dado que o caso básico ou típico de atribuição é aquele em que uma propriedade disposicional pode ser atribuída ou ao meio ambiente (atribuição externa) ou ao eu (atribuição interna), o autor nos apresenta o seguinte exemplo: um determinado filme me agradou; tomarei o meu agrado como base para uma atribuição ao filme (isto é, ele é intrinsecamente agradável) ou para uma atribuição a mim mesmo (isto é, eu tenho atração especial por filmes)? A inferência, de onde alocar as propriedades disposicionais responsáveis pelo efeito, é feita interpretando o dado bruto (o agrado) em termos do contexto de informações subsidiárias derivadas das variações de condições, semelhantes às das situações experimentais. Uma versão ingênua do método de diferença de J. S. Mill é o instrumental analítico básico. O efeito é atribuído àquela condição que está presente quando o efeito está presente e que está ausente quando o efeito está ausente. Esta noção básica de covariância de causa e efeito é usada para examinar variações nos efeitos (respostas, sensações) em função de quatro fatores:

- a) entidades (filmes),
- b) pessoas (outros observadores do filme),
- c) tempo (a mesma pessoa em repetidas exposições), e
- d) modalidades de interação com a entidade (maneiras diferentes de observar o filme).

A hipótese geral é a de que a atribuição ao meio ambiente mais do que ao eu requer que o ator responda diferencialmente à coisa (entidade) que ele responda consistentemente com o passar do tempo e em diferentes modalidades, e que suas respostas estejam em concordância com o consenso das respostas de outras pessoas à entidade. Por exemplo, o gostar de um programa de televisão (entidade) é atribuído ao meio ambiente (o programa), se a pessoa não gosta de todos os programas (resposta diferencial), se gostou uma segunda vez que o assistiu (consistência no tempo), se gostou de o assistir não apenas em sua casa, mas na casa de amigos, no clube, em cores como também em preto e branco (consistência na modalidade), e se outros também gostaram do mesmo (concordância consensual). Na medida em que estas condições não são satisfeitas, o gostar será atribuído ao eu e não ao programa (entidade).

Enquanto em Heider o processo de atribuição é considerado como uma "análise fatorial" implícita, Kelley o aproxima da lógica utilizada na análise da variância, que ele representa sob a forma de um cubo tridimensional: ao longo do eixo vertical estão colocados as entidades que correspondem a objetos no meio ambiente. Sobre um eixo horizontal estão várias pessoas, as quais interagem com entidades, e sobre o outro, as várias modalidades de interação circunstanciais e temporais. As letras X, Y, Z representam efeitos, tais como experiências, sensações e respostas. Estes

efeitos são definidos do ponto de vista de uma dada pessoa, (o eu, na figura), porquanto estamos lidando com o conjunto de informações de uma pessoa que realiza uma atribuição. Esta pessoa atribuirá um efeito Y a um objeto N desde que Y e somente Y ocorra no plano horizontal correspondente a N. Isto significa que o efeito Y está unicamente associado a N, independentemente de modalidades temporais e circunstanciais da ocorrência de N e das pessoas às quais N é apresentado. Geralmente, diz o autor, nós podemos dizer que os critérios subjetivos para uma aquisição de conhecimento válido acerca do mundo exterior são a clareza (univocidade) da resposta (com relação a determinado objeto) acrescida de consistência e consenso.



(Padrão de dados indicando a atribuição ao efeito Y à entidade N: segundo H. H. Kelley, 1967, p. 195).

Prosseguindo o autor nos diz que enfatizou a alocação da causalidade entre o meio ambiente e o eu porque colocada nestes termos a teoria de atribuição nos conduz a um problema central da epistemologia; a saber, as bases da validade subjetiva.

#### b) INFLUÊNCIA E DEPENDÊNCIA INFORMACIONAL

Quando uma pessoa tem a impressão de algo é o que há de verdadeiro em uma entidade, como pode estar certo que sua impressão reflete as propriedades inerentes da entidade e não suas próprias características ou alguma interação particular com a entidade? Os quatros critérios para validação externa são os seguintes:

- "1) clareza: a impressão é atribuída à coisa se ocorre quando a coisa está presente, e não ocorre na sua ausência.
- 2) consistência no tempo: toda vez que a coisa está presente a reação do indivíduo deve ser a mesma ou quase a mesma.
- 3) consistência na modalidade: a reação da pessoa deve ser consistente mesmo que seu modo de interação com a coisa possa variar.
- 4) consenso: atributos de origem externa são constatados da mesma forma por todos os observadores."

(Kelley, 1967, p. 197)

Portanto um efeito é atribuído à entidade (ao meio ambiente externo), se preencher todos estes critérios. Nas palavras de Kelley: "Na medida em que as atribuições de uma pessoa preenchem estes critérios ela sente-se segura de que possui uma imagem verdadeira de seu mundo externo. Ela faz julgamentos rapidamente e com segurança subjetiva, e age com prontidão e firmeza". (Kelley, 1967, p. 197). Introduz o autor, neste ponto, uma distinção entre validade subjetiva e objetiva que não fica clara, e que não é suficientemente discutida. Afirma que: "It is not assumed that fulfillment of these criteria implies veridicality of the person's attributions. The specified evidence provides a basis for subjective validity (as manifested for example, in confidence in the validity of one's attributions) but not necessarily a basis for their objective validity" (Kelley, 1967, p. 198).

Sugere, a seguir, um paralelo entre os índices de validade da atribuição e os índices estatísticos usados na análise experimental. O primeiro critério (clareza) parece corresponder ao numerador (variância-tratamentos) da estatística F e os outros três correspondem ao denominador (variância-erro). Como uma medida do nível de informação da pessoa com respeito a dada entidade sugerimos uma analogia com a razão F: quanto menor o denominador (isto é, a estabilidade de atribuição baseada na consistência no tempo, na modalidade e no consenso com respeito a uma dada entidade), maior será a certeza da pessoa com relação à sua inferên

cia. A atribuição que fazemos em uma ocasião dada depende de dados de informação que nos são disponíveis, de nos sa situação presente e experiências recentes, e de fontes sociais. Quanto mais consistente esta informação for, mais estável será nossa atribuição. Na medida em que esta estabilidade é alta (ou nossa variabilidade na reação, baixa) a "variância erro" na razão é menor e, supondo que podemos fazer atribuições mais ou menos claras à entidade, nosso estado de informação é alto. Em síntese, o nível de informação é alto se esta pessoa pode fazer atribuições muito estáveis e diferenciados." (Kelley, 1967, p. 199)

As possibilidades de um sujeito de efetuar atribuições simultaneamente estáveis e bem diferenciadas depende de seu nível de informação. Mas este é por sua vez relacionado à dependência informacional e portanto à susceptibilidade à influência. Assim, uma pessoa A será sensível à influência de uma pessoa B se esta lhe possibilita efetuar atribuições mais estáveis e mais diferenciadas do que fazia anteriormente. A pessoa B poderá então agir sobre A através de uma instrução. Como por exemplo, ensinando a A técnicas de observação que lhe permitam aumentar a constância de suas respostas (no tempo e em diversas modalidades). Neste caso, segundo Kelley, a pessoa mesma de B não influi no processo senão através de seu grau de credibilidade e conhecimento. Neste caso a influência é exercida apenas pela instrução que A recebe. A pessoa B pode por sua vez procurar exercer sobre A uma persuasão. Este segundo método de influência é

A uma persuasão. Este segundo método de influência é mais dependente da avaliação de A sobre B. A questão é saber se A aceitará a informação de B. B representa para A uma modalidade de mediação com o mundo que na verdade pode ser submetido aos mesmos testes utilizados para testar a validade de qualquer tipo de modalidade de informação. A mensagem de B é ela mesma um efeito, e o problema de A é atribuí-la ou ao meio ambiente comum a ambos, ou a B ele mesmo, ou a circunstâncias particulares que envolvem A. Os mesmos critérios de validação anteriores são neste caso aplicados, como por exemplo:

— Consistência no tempo: a avaliação de B é a mesma para qualquer pessoa que o escute e não somente para A? Fará ele a mesma atribuição em todas as situações apesar de suas motivações ou das circunstâncias? Se não, sua avaliação nos indica uma atribuição a fatores causais "irrelevantes" tais como a pessoa de A ou ao estado particular de B.

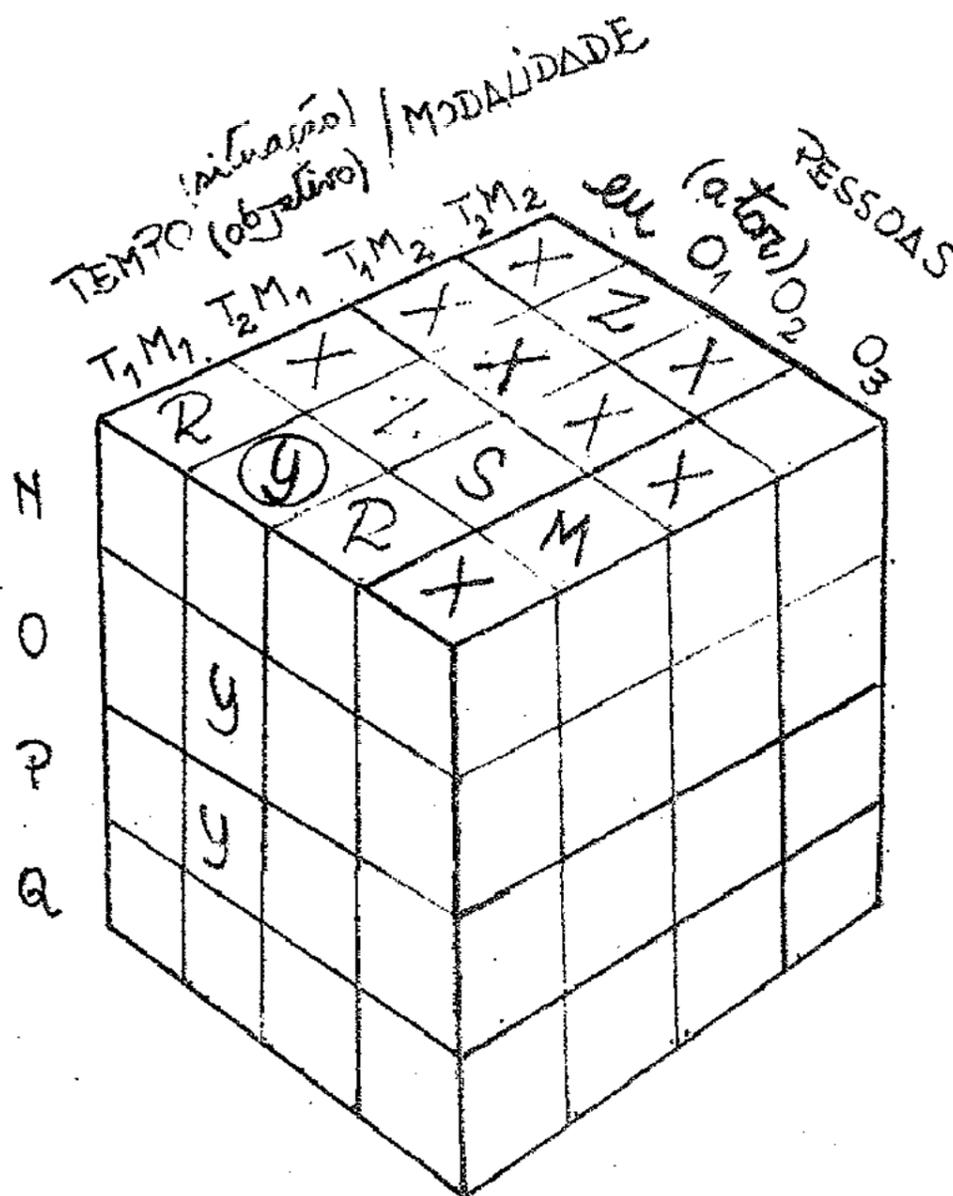
Para o sujeito atribuidor uma é a sua relação com o meio ambiente físico que permanece constante e outra é sua relação com outros sujeitos, que são relativos e inconstantes, e que em caso de dúvida, o sujeito deve considerar o critério de consistência temporal e modal como o fundamental.

Em seu artigo, Kelley (1967) faz ainda comentários sobre as semelhanças e diferenças entre seu trabalho e o de Jones e Davis. Algumas diferenças são: o foco do observador

está essencialmente em polos opostos da dimensão pessoa-meio-ambiente. "Em minha análise, a pessoa está voltada para a validade de uma atribuição em relação ao meio ambiente. Ela aplica vários critérios na tentativa de excluir as fontes (ou origens) de uma atribuição na pessoa ou variância de "erro". Nos problemas tratados por Jones e Davis o observador possui exatamente a orientação oposta. Ele está buscando pela variância causada pela pessoa (aquela causada por um dado ator sob investigação) e desta forma, ele deve eliminar as causas das variações determinadas pelo ambiente ou pela situação, nos efeitos. Ele faz isso procurando os desvios das tendências gerais das entidades e situações, por exemplo, enquanto estes forem revelados entre as consistências do ator. Esta é a razão para a suposição que efeitos indesejáveis são mais informativos do que os socialmente desejáveis ou aceitáveis". (Kelley, 1970, p. 210) Kelley ilustra em termos de seu cubo tridimensional os dados que preenchem os critérios de Jones e Davis. Diz-nos: "os critérios de Jones e Davis conduzem a uma inferência de intenção quando um efeito particular observado, Y, produzido por  $O_1$  em  $T_1$   $M_1$  desvia-se das tendências dos dados para:

- 1) situações e objetivos - o efeito não é aquele que a maioria das pessoas (ou mesmo este ator particular) produz em situações semelhantes em relação a esta particular pessoa objetiva,  $T_1$ . (Os efeitos X e R são mais comuns).

- 2) O ator,  $O_1$  - O efeito não deve ser considerado como limitações ou peculiaridades impostas ao ator. Outras ações que estão disponíveis à ele possuem diferentes efeitos (ex.: X e Z).
- 3) Entidade - O efeito não pode ser considerado um reflexo das propriedades de alguma entidade N que está presente.
- 4) Modalidades - O efeito não é resultado de uma maneira particular do ator interagir com o eu.



(Padrão de dados indicando atribuições do efeito y à intenção do ator; segundo Kelley, 1967, p. 210).

O segundo critério acima, os desvios dos efeitos "típicos" do ator torna clara porque Jones e Davis supuseram que o observador acredita que o ator tenha previsão e controle. O conhecimento e habilidade do ator o permitem escolher e empregar as suas ações deliberadamente tendo em vista seus vários efeitos. Na medida em que o efeito da ação escolhida é diferente das outras ações que poderiam ter tomado o observador tem a evidência da intervenção da vontade do ator, como um agente causal, exercendo escolha para causar um efeito". (Kelley, 1967, p. 211) Comenta Kelley que "é razoável supor que com um número menor de efeitos não comuns, será mais fácil para o observador classificar a intenção mas que não parece existir em princípio razão para supor que todos ou a maioria dos efeitos únicos de uma ação não possam ser tomados como evidência de uma intenção (ou conjunto de intenções) conduzindo a escolha da ação. (Na presente análise, letras como X, Y e Z são usadas para indicar efeitos sem se observar o número de seus componentes identificáveis, e o termo "efeito" é usado em um sentido amplo, para incluir qualquer efeito singular ou conjunto de conseqüências produzidas por uma ação, resposta perceptual, etc.)" (Kelley, 1967 p. 212). Observa ainda que "consistências situacionais são introduzidas indiretamente por Jones e Davis, através do conceito de aceitação social. O uso deste critério por Jones e Davis (1961) em seu exemplo experimental contém um importante ponto para nossa análise: o observador poderá realmente não necessitar examinar variações no comportamento em diver

versas pessoas. A partir de seu conhecimento das pressões sociais, valores compartilhados e demandas situacionais ele pode ser capaz de fazer estimativas seguras sobre a quantidade de consenso da resposta esperada. Se feita com segurança suficiente, correta ou não, esta estimativa pode suplantiar a observação do consenso real e prover uma base para o processo de atribuição. Isto supõe, naturalmente, que o indivíduo tenha já feito uma atribuição firme sobre a situação; a saber, existem propriedades inerentes tais que a maioria ou todas as pessoas respondem a estas de uma dada maneira. O importante é que uma vez que certas atribuições são feitas, elas se tornam as bases para se fazer outras posteriores e elas permitem ao indivíduo passar por sobre alguns dos processos que nós descrevemos aqui. Um aspecto de minha análise, nos diz Kelley, que está ausente em Jones e Davis é o critério de consistência temporal. A razão deles para omiti-lo de seu esquema parece ser que eles estavam exclusivamente interessados na inferência de atitudes momentâneas e não em "estruturas disposicionais" (Kelley, 1967, p. 213).

### 3.3. - OS ESQUEMAS CAUSAIS

A noção de esquema causal é usada por Kelley para explicar como é possível ao atribuidor ingênuo inferior causalidade a partir de informações limitadas; como ocorre nas atribuições que fazemos na vida diária. O próprio Kelley reconhece que seu primeiro modelo é um modelo idealizado, em suas próprias palavras: "Enquanto que o processo de atribuição que o modelo da análise da variância implica é apropriado para certos casos nos quais a pessoa conduz uma completa análise causal, este é claramente um modelo idealizado e não descritivo da maioria das atribuições informais cotidianas. Nestes casos mais comuns o problema causal não é suficientemente importante para garantir um levantamento, uma reconstituição e um processamento dos dados necessários para uma análise ideal. Ou mesmo que o problema justifique uma análise detalhada, o tempo pode não permitir isso, uma decisão ou ação pode ser requerida antes que a análise completa possa ser feita" (Kelley, 1972, p. 152) Para Kelley, um esquema causal é "um suposto padrão de dados em uma análise completa da variância" (...) "um esquema causal é derivado da experiência em observar relações de causa e efeito a partir de experimentos nos quais um controle deliberado tem sido exercido sobre os fatores causais, e de ensinamentos implícitos e explícitos sobre a estrutura causal do mundo". (Kelley, 1972, p. 152) Se, como Kelley supõe, existe uma continuidade entre o procedimento científico e o pro

cedimento quotidiano do homem comum em organizar a informa  
ção recebida é adequado caminhar destes modelos mais ex  
plícitos usados no processamento científico, para pensar e  
sugerir modelos sobre os processos implícitos usado na vida  
diária. "O que a pessoa aprende em um nível conceitual so  
bre causas e efeitos é a maneira pela qual certos tipos de  
efeitos tendem a ser distribuídos em uma matriz de causas  
relevantes. Dada uma informação sobre um determinado efe  
ito e duas ou mais causas possíveis, o indivíduo tende a as  
similá-las num suposto padrão específico de análise da va  
riância, e a partir daí fazer uma atribuição causal. Esta  
visão de esquemas causais tem a vantagem heurística de man  
ter uma ligação entre a presente análise do processamento  
de dados incompletos e a descrição anterior do processo  
mais idealizado, adequado para dados completos. Adicional  
mente, parece razoável supor que a organização conceitual  
resultante da aprendizagem do indivíduo acerca da causação  
corresponde mais de perto à organização externa explícita  
que ele impõe sobre os conjuntos de dados complexos a fim  
de interpretá-los.

Um exemplo irracional para clarificar os pontos acima. Talvez a  
experiência mais comum que o indivíduo tenha com a causação  
é a de que causas diferentes produzem o mesmo efeito. Desta  
experiência ele aprende que há várias causas que são sufi  
cientes para um dado efeito e que o efeito ocorrerá se qual  
quer uma estiver presente. Esta condição de causas sufi  
cientes múltiplas pode ser representada pelo tipo de esque-

ma mostrado no desenho.

Presente  
CAUSA B  
Ausente

E	E
	E

Ausente Presente  
CAUSA A

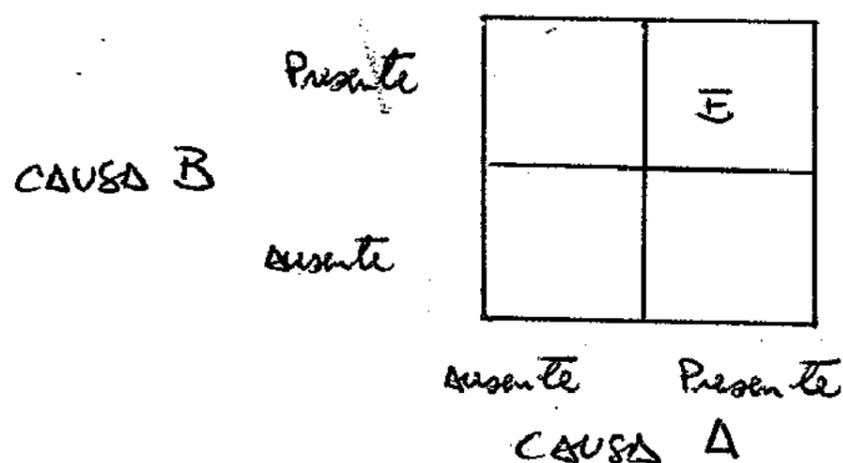
(Esquema causal para causas suficientes múltiplas; segundo Kelley, 1972, p. 152)

Para as duas causas, A e B, o efeito E ocorre tanto quando A ou B estão presentes ou quando ambos estão presentes. O desenho sumariza um padrão de dados que um indivíduo pode obter de uma análise experimental da relação entre as duas variáveis independentes A e B, e a variável dependente E. Para os nossos propósitos, a figura retrata um esquema causal, isto é, a concepção que a pessoa tem da ação das duas causas em relação ao efeito dado. Assim, pode refletir a sua noção a respeito da maneira, por exemplo, pela qual a afirmação positiva de uma atriz sobre um automóvel (o efeito) resulta de uma crença em seus méritos (B presente), de um pagamento adequado de uma agência de publicidade (A presente) ou de ambos" (Kelley, 1972, p. 152).

"Atribuições e inferências causais, particularmente a aquelas feitas tendo por base informações parciais são derivadas de esquemas causais. Um esquema causal é uma concepção que a pessoa tem sobre como certos tipos de causas interagem para produzir um tipo específico de efeito. Cada esquema

pode ser descrito em termos de uma hipotética matriz de dados que resume as crenças do atribuidor e suposições sobre a distribuição do efeito em várias combinações de fatores causais". (...) "O sujeito que atribui como que possui um repertório de esquemas causais de tipos diferentes, e diferentes tipos de inferências causais são possíveis a partir de diferentes conjuntos de evidência incompleta". (Kelley, 1972, p. 151).

Explicando: "considere o problema de explicar o sucesso de uma pessoa em uma tarefa muito difícil. Parece-nos intuitivamente plausível que tal efeito requer a ação conjunta de várias causas (por exemplo, habilidade e motivação ou, talvez, perseverança e sorte). Assim, sendo o esquema causal adequado é o representado pela figura abaixo, a qual representa um esquema de causas necessárias múltiplas". (Kelley, 1972, p. 156)



(Esquema causal para causas necessárias múltiplas. Segundo Kelley, 1972, p. 156).

Kelley acredita que o levantamento de uma possível taxionomia dos esquemas causais seria um trabalho útil e proveito

so, uma vez que conforme pensa, cada pessoa teria um repertório de esquemas causais e que cada um destes seria evocado sob certas condições, indica também que parece haver uma organização hierárquica nestes esquemas causais em que os mais complexos incluiriam elementos dos mais simples.

Sugere que os esquemas possam ser descobertos proporcionando-se indícios adequados e informações, e observando-se a maneira como a informação é usada.

Sua suposição básica é a de que "existe apenas um número limitado de modos de dotar de sentido os dados disponíveis sobre o mundo e que os procedimentos científicos são meramente versões refinadas e explícitas de métodos sobre os quais o homem comum também veio a confiar". (Kelley, 1972 p. 171):

## II - CULTURA E ATRIBUIÇÃO

## 1. - INTRODUÇÃO

A teoria de atribuição é herdeira de Heider em algumas de suas colocações e ao mesmo tempo distanciou-se deste ao assumir uma conotação cada vez mais funcionalista do que configuracional, experimentalista do que descritiva e fenomenológica. Sua intenção última é descrever e explicar a apreensão das relações causais, tal como é percebida pelo homem comum, entre efeitos observados e suas possíveis origens. Seu objetivo de estudo depende portanto, da construção de modelos que possam descrever e explicar satisfatoriamente as inferências causais que o sujeito ingênuo exhibe.

Heider chamou nossa atenção para o fato de que o senso comum nos fornece interpretações da realidade que contêm implicitamente um conjunto de relações causais entre eventos. Ao nos voltarmos para o conhecimento ordinário notamos que este é já um modelo significativo do mundo. Ao homem já é dada a possibilidade de construir uma situação interpretada. Seu perceber já está dotado de significação. Os determinantes da atribuição na vida quotidiana são vários e complexos, a nosso ver os instrumentos de análise científica que agora dispomos ainda não são suficientes para nos dar a compreender a totalidade deste processo. Observamos que este processo tem sido estudado no sentido de comprovar a exist

tência do mesmo e de objetivá-lo através do estabelecimento de critérios que sirvam de base para uma pessoa atingir um razoável grau de certeza em relação às suas inferências. Entretanto tem sido pouco analisado com relação à influência de determinantes sócio-culturais e lingüísticos que poderiam intervir na própria inferência de causalidade. O que desejamos propor a seguir é que a teoria de atribuição deva levar em consideração não somente a pertinência que as estruturas (ou esquemas) causais lógicos e universais parecem ter na descrição deste processo; e que tal como Kelley (1967, 1972) expõe, devem servir-lhe de modelo; mas também a influência que fatores sócio-culturais, portanto relativos, possam ter na apresentação das relações de causa e efeito em atribuições informais na vida quotidiana.

## 2. - LINGUAGEM, CULTURA E ATRIBUIÇÃO

### 2.1. - Linguagem e Atribuição

A linguagem foi muitas vezes pensada como uma maneira de representar a realidade, realidade percebida como independentemente da linguagem. Quando, por exemplo, K. Bühler (1934) definindo a linguagem, diz que "qualquer um fala sobre qualquer coisa a qualquer outro", essas "coisas" de que uma pessoa fala ã outra possuem uma existência e uma forma independentes do fato de que nós as falamos ou não, e da maneira como as falamos.

Poderia a linguagem influenciar o processo de percepção? E no nosso caso específico, poderia influenciar o processo de atribuição?

Uma vez que o processo de atribuição implica em descrever e explicar o percebido, e ainda mais, estruturar este percebido a partir muitas vezes de informações parciais sobre o fenômeno, vale a pena analisar tal ponto.

A questão da influência da linguagem sobre a percepção e sobre o processo de atribuição se relaciona diretamente ao problema da categorização. A aquisição da língua e da palavra implicam a categorização e a determinação de consta<sup>n</sup>tes lingüísticas. Nós agrupamos sob um determinado nome, por exemplo, "cachorro", não somente um grande número de quadrúpedes de aspectos diferentes, mas também toda uma série de perceptos, que se modificam com as circunstâncias. Neste sentido mesmo o objeto individual é uma categoria. Na

categoria "esta mesa" nós fazemos entrar uma série de imagens retinianas diferentes. A denominação "esta mesa" não é uma etiqueta verbal de uma imagem retiniana específica, mas o correlato de uma constelação de imagens retinianas ligeiramente diferentes, ainda que similar. De acordo com uma tendência profundamente humana, nós projetamos sobre esta constelação uma denominação unitária e unificante. Este estabelecimento de constantes é uma característica psicológica fundamental que como sabemos manifesta-se na percepção pela constância dos objetos, em sua forma e tamanho, e que nos atinge em psicologia social onde através da qual explicamos os estereótipos e preconceitos. De certa forma podemos dizer que a categorização preparada pela convenção lingüística é determinante (ou ao menos co-determinante) na maneira pela qual o "mundo objetivo" das categorias referênciais é organizado. A organização da linguagem não reflete passivamente a organização do mundo; ela organiza ativamente o mundo.

A questão da influência da linguagem sobre a concepção do mundo é um velho problema filosófico que não é oportuno discutirmos extensivamente neste trabalho, entretanto, algumas idéias centrais serão sucintamente lembradas.

A filosofia moderna e contemporânea da linguagem questionou de várias formas as concepções aristotélicas e escolásticas sobre a relação entre os objetos e o espírito. Para estas concepções a verdade é a "adequatio rei et intellectus". A estrutura de uma língua pode, se ela é correta do

ponto de vista lógico, refletir a estrutura do mundo. Mas podemos nós estarmos certos que uma língua é correta do ponto de vista lógico, e que ela possua "adequatio rei"? Outra questão acrescentada mais tarde foi esta: o que ocorreria se não considerarmos mais "res et intellectus" como independentes um do outro, se pensarmos que a linguagem exerce algum papel na nossa visão da realidade? Esta é a questão que se colocaram entre outros, Humboldt e Whorf. Quando Humboldt escreveu: "A linguagem é o órgão que dá forma ao pensamento", ele rompeu de maneira decisiva com a concepção da linguagem como calcada na realidade. Ou ainda: "É a atividade subjetiva do pensamento que cria o objeto. Por que não existe um só tipo de idéia que possamos considerar como a pura contemplação receptiva de um objeto dado previamente. A atividade dos sentidos deve se combinar em uma síntese com a atividade interior do espírito"... (Humboldt, ed. 1949, p. 55). A tese de Humboldt foi retomada e desenvolvida em diversas direções por diversos discípulos, entre estes o etnólogo B. L. Whorf. Se dissermos que não pode haver percepção do mundo (ou da verdade) e reflexão sobre o mundo sem ajuda da linguagem, então nós poderemos ser conduzidos a pensar que a língua é um dos fatores que determinam a concepção do mundo dos membros de uma comunidade linguística; cada língua diferente determinaria assim, concepções do mundo diferentes. Se a língua determina a maneira como os membros de uma comunidade linguística vêm e pensam o mundo, as diferenças entre as diversas línguas conduzem

necessariamente a concluir que os membros de comunidades lingüísticas diferentes vêem o mundo diferentemente. De forma resumida e simplificada esta é a tese de Whorf. A hipótese de Whorf suscitou muito interesse e foi por sua vez muito criticada; foi duramente criticada tanto metodologicamente quanto teoricamente. Estas críticas podem ser resumidas da seguinte forma: Diz-se que seus adeptos citam casos que confirmam a tese e que possuem certa consistência, mas que não levam em consideração os contra-exemplos. Como o número de tipos de relações possíveis entre os dados lingüísticos e os dados não lingüísticos é impossível de avaliar, não se pode dizer qual a importância que convém atribuir ao caso particular pelo qual a relação é provada.

Entretanto, se não pensarmos mais a nível estritamente lingüístico ou colocando-nos em um nível lingüístico não atomista, ou seja, não considerando uma palavra isolada e a comparando em diversas línguas como o fez Whorf, nós podemos apreender para nosso objeto de estudo algo de interessante na posição Whorfiana.

Observamos anteriormente que a aquisição da língua e da palavra implicam categorização. Podemos então nos perguntar se este processo não seria o mecanismo fundamental que explicaria as variações possíveis na apreensão das relações causais por usuários de línguas diferentes. Nós sabemos que uma fonte básica de diferenças possíveis do comportamento categorial segundo as diversas línguas diz respeito

ao nível de categorização. Um exemplo de Brown (1958b,p.14) serve de ilustração. Você percebe uma forma embaçada em movimento. Você diz que se trata de:

"um animal"

"um quadrúpede"

"um cachorro"

"um boxer"

"Milou, o cachorro do vizinho"

Se você diz "um cachorro", você escolheu um nível específico, teria para escolher também o nível "quadrúpede", porque para o emprego desta categoria ou deste nível, um número menor de critérios-atributos seriam suficientes. O que podemos então nos perguntar é que liberdade de manobrar nós temos então escolha, e quais são os fatores que determinam nossa decisão. Veremos imediatamente a influência preponderante da linguagem: na prática, nós não poderemos escolher um nível para o qual nossa língua não tenha palavra; nós poderemos somente classificar em função das categorias que nós temos, que nossa língua coloca a nossa disposição. O grande mérito de Whorf foi o de sublinhar as diferenças de escolha nas diversas línguas. Ainda podemos nos perguntar: quais são os fatores que determinam a escolha de uma categoria dada entre várias categorias igualmente disponíveis em uma dada língua?

Há em princípio o fator etapa do desenvolvimento: os atributos que são considerados como característicos de uma categoria se modificam com o desenvolvimento do indivíduo. Estas

modificações foram estudadas em detalhe por Piaget. Por exemplo, a criança de uma certa idade possui a categoria "peso" para a qual o atributo de conservação ou de constância não é essencial. E inversamente, a forma é um atributo esencial do volume, para a criança, e não o é mais para o adulto; a criança dirá, por exemplo, que um cubo de plástico torna-se "menor" quando nós o achatamos. Na verdade, tal exemplo não nos deve levar a pensar que as modificações na complexidade dos atributos característicos de uma categoria, de um conceito, ou do emprego de uma palavra, diz respeito apenas à psicologia da criança. O adulto também utiliza categorias sem satisfazer os critérios científicos, digo necessários, para se descrever e explicar fenômenos que observa na vida quotidiana. Se ele assim o faz, é que em geral, não é importante que se leve em conta ou não estes outros atributos, porque para ele, estes atributos não parecem determinantes.

A este respeito deve-se ter presente que ao fazermos uma descrição nós operamos a nível de categorização linguística que é comum à maioria dos usuários da língua. Assim como usamos o vocabulário que nos é disponível. Na verdade a linguagem usada para descrever eventos e ações, frequentemente contém em si atribuições implícitas. Tal afirmação será melhor compreendida se considerarmos os resultados resultados apresentados por Kanouse (1972) de seus trabalhos com R. Abelson (1966) e D. Gross (1970), que exporemos adiante.

Podemos supor que quando uma criança aprende as palavras correntes de uma língua, ela aprende ao mesmo tempo a fazer distinções, conforme o modelo de seus pais e de outros usuários da língua, que são úteis no contexto cultural onde vive. Não estou aqui a defender um determinismo linguístico, mas chamando a atenção para o fato de que a linguagem exerce um papel importante através dos níveis categoriais; as categorias podem variar em extensão no sentido de que determinadas palavras abrangem um número maior ou menor de critérios atributos.

Whorf (1956) assinalou que o esquimó tem palavras para três tipos de neve, enquanto que todos estes tipos seriam chamados de neve em inglês ou português. Supomos evidentemente que somos tão capazes quanto os esquimós para discriminar variedades de neve, mas menos susceptíveis, inclina dos ou propensos do que eles para fazê-lo. "Em geral parece que existe uma capacidade potencial para discriminação sensorial característica de toda a espécie humana. As comu nidades linguísticas não diferem neste potencial mas sim em suas maneiras de categorizarem experiências potencialmente discrimináveis. Tratar experiências discrimináveis po tencialmente como equivalentes é desprezar informação, e es ta parece ser uma maneira estranha de agir.

Porque que chamaríamos de vermelho um grupo de diversas co res, de neve diversos tipos de substâncias, e de Americanos diferentes tipos de pessoas?

Por que não nos damos conta de todos os atributos que pode-

mos registrar?

Como é que em suas áreas de experiências comuns — vogais, neves, coães, etc. — as línguas ainda não chchegaram às mesmas categorias? Com relação aos sons da fala, as variações na prática da categorização provavelmente devem ser consideradas como acidentais, mas com relação aos referentes isto pode não ser assim. Talvez o caso seja análogo às diferenças de vocabulário e às categorias referentes que existem dentro de uma comunidade. Consideremos esta importante classe de referentes que nós chamamos pessoas. Uma garçõnete pode dividi-las em generosas e mesquinhas. Ela está preocupada com as gorjeças e portanto, categoriza em função disto. As suas categorias não são relevantes para os propósitos de um médico. Ele está preocupado com doença, prognóstico e tratamento e categoriza os pacientes em casos de úlcera, diabete e hipocondria. Em nossos papéis profissionais nós enfatizamos determinados tipos de recorências.

Mesmo quando os objetivos são os mesmos, há razão para se esperar alguma variação na prática da categorização. Todo mundo deseja prever o que as outras pessoas farão mas nós não temos um consenso geral sobre as categorias que são mais úteis para descobrir as uniformidades gerais do comportamento. Algumas pessoas operam com categorias étnicas; espera-se que os negros sejam supersticiosos e que os turcos sejam cruéis. Algumas pessoas operam com categorias fisio-

nômicas; uma boa aparência parece indicar um bom sujeito, mas as aparências enganam.

Não foram as ciências do comportamento que originaram o interesse em predizer o comportamento humano. Elas profissionalizaram uma preocupação já existente. O trabalho teórico destas ciências é essencialmente contínuo com o trabalho da comunidade como um todo; encontrar as categorias que podem ser formadas a partir de correspondências importantes e precisas. Se você aprender a categorizar pessoas como "marginais" ou como "socialmente móveis" ou como "compulsivas", você irá encontrar novas e úteis recorrências no mundo social.

As nossas previsões sobre o comportamento não são tão boas quanto nós gostaríamos que fossem, portanto, continuemos a recategorizar e a renomear, buscando melhores correspondências.

O mundo a nossa volta é uma construção humana suscetível a mais que um tratamento. Vários grupos dentro da nossa sociedade — doutores, psicólogos, motoristas, filatelistas — vêem diferentes aspectos desta realidade comum, aspectos relevantes aos seus determinados propósitos. Quando os nossos objetivos são os mesmos, nós ainda podemos operar com uma variedade de categorias porque nenhum "set" realmente bom foi encontrado. Como não podemos prever com a precisão desejada, o trabalho de categorização não se dá por terminado. As línguas do mundo, assim como os vocabulá

rios profissionais de uma língua, são diferentes pontos de vista sobre a realidade. Não devemos mais desejar que desapareçam as diferenças entre as línguas assim como não desejamos que desapareçam as diferenças entre nós mesmos" (Bronw e Lenneberg, 1958).

Para o nosso propósito é irrelevante o fato da hipótese de Whorf ser possível de comprovação ou não, e isto é ainda questão discutida. O que nos diz respeito é o fato de que seja qual for as diferenças entre as línguas, o que importa é o fato de possuir uma. O que importa é o fato de assinalar que a linguagem objetiva as experiências individuais e torna-as acessíveis a todos dentro de uma comunidade linguística. E tanto a experiência em sentido individual quanto sua significação social podem ser ensinadas às novas gerações. Uma vez que as descrições que fazemos contêm implícitas atribuições, a linguagem é assim a possibilidade de descrever e explicar aos outros membros do grupo as experiências subjetivas, é o caminho privilegiado da objetivação. Na apreensão das relações causais na vida diária, as atribuições que fazemos parecem já estarem dispostas. Apreendo a realidade já ordenada e descrevo-a com palavras que estão à minha disposição. A linguagem usada na vida diária fornece-nos continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida quotidiana ganha significado para mim.

A contribuição da linguagem deve ser vista conforme

pensamos, não a nível de uma influência das estruturas linguísticas sobre as lógicas, mas a nível de que a linguagem como possibilidade de descrição do meio ambiente pode controlar de certa forma as atividades perceptivas dirigindo nossa atenção para aquilo que seleciona como relevante. Acreditamos que as operações dos esquemas cognitivos lógicos constituem o caso-limite das regulações do pensamento. A linguagem atuaria a um nível intermediário entre o funcionamento das estruturas lógico-matemáticas que descrevem a inteligência em geral; desde o nível do esquematismo sensorio-motor (esquemas espaço-temporais, etc.) — até os níveis superiores que implicam uma lógica proposicional não formalizada pelo sujeito; e o funcionamento aparentemente menos lógico que rege as inferências indutivas e dedutivas do sujeito na vida diária. As inferências ingênuas que exibimos são não apenas determinadas por uma análise causal exaustiva mas por esquemas incompletos, apenas suficientes a diversos níveis e que estão sujeitos à influência de fatores que interfeririam no próprio funcionamento da inteligência.

No que diz respeito à influência da linguagem, especificamente sobre o processo de atribuição, relevantes trabalhos têm sido realizados por teóricos da psicologia social, tais como os de Abelson e Kanouse (1966); Kanouse (1968) e Kanouse e Gross (1970). Estes trabalhos foram comentados em uma revisão publicada por Kanouse (1972), intitulada "Linguagem, Classificação e Atribuição". Neste trabalho, Kanouse chama nossa atenção para o fato de que (1)

afirmação sobre um fenômeno que nos parecem como veramente descritivas podem frequentemente conter hipóteses e suposições causais implícitas; (2) o nível de generalidade com a qual um fenômeno é descrito pode substancialmente determinar o nível de generalidade no qual é explicado; e (3) quando várias atribuições adequadas estão potencialmente disponíveis para um indivíduo a atribuição que ele adota parece ser fortemente influenciada pelas pistas situacionais e lingüísticas disponíveis a ele. Kanouse nos mostra que existem substanciais efeitos verbais em estudos de inferência subjetiva. Tanto na inferência indutiva quanto na dedutiva, tais efeitos estão na dependência da natureza do verbo usado nas sentenças.

Abelson e Kanouse (1966) abordaram o problema das inferências generalizadoras examinando como os indivíduos utilizam a informação contida em simples sentenças para fazer generalizações subjetivas de vários tipos. Para ambos os tipos de inferências o verbo usado nas sentenças pareceu ter uma importância crítica. Esses investigadores apresentaram a seus sujeitos um conjunto de asserções compostas de combinações sistemáticas de elementos de uma sentença e os pedia para indicar em uma "escala de quantificação implícita" (consistindo de alternativas tais como "pouco", "muito", "a maioria", "todos") a porção mínima de evidência que eles sentiam que poderia justificar uma dada asserção. Isto é, se um sujeito sentia que a afirmação não quantificada "artistas compram revistas" seria justificada no mínimo se "alguns ar

tistas compram algumas revistas", ele então indicaria, assinalando o quantificador apropriado na escala. Abelson e Kanouse observaram que o quantificador que os sujeitos selecionavam dependia da maioria das vezes do verbo usado na sentença. Por exemplo, os sujeitos indicavam que a sentença "Jorge despreza revistas" implica "a maioria" ou mesmo "todas" as revistas, enquanto que a sentença "Jorge compra revistas" implica somente "poucas" ou "algumas" revistas. Implicitamente um menor número de revistas são compradas do que desprezadas apesar do fato de a quantidade de revistas não ser em ambos os casos especificado. É interessante notar que as diferenças verbais que aparecem nesta escala de quantificação implícita são altamente correlatas com as diferenças verbais que influenciam as generalizações indutivas e dedutivas. Algumas conclusões que nos expõe Kanouse (1972) ao término de seu trabalho:

"A maneira pela qual um dado fenômeno é descrito certamente afetará a maneira pela qual ele será explicado. Há pelo menos duas maneiras pelas quais a classificação pode afetar a atribuição causal. Primeiro, a linguagem usada para descrever os eventos e as ações frequentemente contém em si atribuições implícitas. Segundo, o nível de generalidade usado na descrição de um dado fenômeno tende a influenciar o nível de generalidade no qual o fenômeno será explicado. Detalhes e facetas que são omitidos na descrição tenderão a ser refreados na explicação. (...) O primeiro ponto

to é na verdade uma forma limitada da hipótese de Whorf e é ilustrado pelo fenômeno da quantificação implícita. Como nós vimos, a generalidade de uma dada relação sobre os objetos é implicitamente especificada pelo verbo. Na medida em que um dado implica na generalidade extensa ou limitada sobre os objetos, ele tende a localizar a origem da relação no sujeito ou no objeto. Este efeito parece estar "construído" na linguagem; isto é, quantificadores implícitos parecem fazer parte do "significado" dos verbos em concordância com o que é compartilhado pelos usuários da língua.

A noção de atribuição causal implícita não está limitada às diferenças conotativas na quantificação. É provável que outras dimensões de significado conotativo envolvam também distinções causais implícitas. Por exemplo, consideremos os dois verbos "detestar" e "abominar". Embora os dois denotem uma intensa afetividade negativa, os dois parecem diferir conotativamente em relação à origem e à "direção" do afeto. Quando um ator detesta um objeto, o afeto parece fluir do ator como origem para o objeto como portador. Mas quando um ator abomina um objeto, o seu papel parece ser mais passivo. O seu sentimento é essencialmente reativo mais do que ativo. Então, os dois verbos diferem na medida em que apontam para o sujeito ou para o objeto como origem e portador do sentimento.

Um terceiro exemplo da atribuição causal implícita na descrição é dada pelos advérbios modais. Consideremos a

frase: "Pedro bateu a porta zangadamente". Embora comumente consideradas descritivas, frases deste tipo obviamente contêm uma informação causal implícita: "~~o~~ Pedro bateu a porta porque ele estava zangado". Isto pode ser observado claramente quando comparamos esta frase com a sua alternativa: "Pedro bateu a porta descuidadamente".

Uma segunda maneira pela qual a classificação pode afetar a atribuição causal é ilustrada pelo estudo de Kanouse e Gross. Anteriormente nós interpretamos os resultados deste estudo em termos de estágio no qual uma inferência explanatória era introduzida numa cadeia de inferências. Uma outra maneira de ver os resultados que não é incompatível com a primeira, é a de que as explicações para uma ação tendem a ser paralelas com o nível de generalidade com o qual aquela ação será descrita. Assim, quando um indivíduo é levado a aceitar a descrição de uma ação num nível maior de generalidade, ele aparentemente se torna mais favorável para aceitar uma explicação daquela ação num nível correspondente de generalidade.

Se, como nós sugerimos, a maneira pela qual um fenômeno é classificado afeta a maneira pela qual ele é explicado, torna-se extremamente importante compreender o que determina como os indivíduos descrevem um dado fenômeno. Comumente, há várias maneiras pelas quais o mesmo evento pode ser descrito. Realmente, um problema persistente nos experimentos de psicologia social tem sido o de que há uma grande am

biguidade em relação a como o indivíduo cognitivamente r re apresenta uma dada situação ou comportamento. (...) Este problema da ambiguidade de como o sujeito representa um fene nômeno cognitivamente não está presente nos estudos de linguagem que nós revisamos. O experimentador controla a informação que ele dá ao sujeito para lidar. Assim, trabalhando com o processo de inferências atribucionais no nível da frase individual ele tem muito o que recomendar. Ao mesmo tempo, no entanto, falta aos estudos de linguagem a importância motivacional e cognitiva das situações atribucionais da vida real. O que parece ser preciso para ampliar a nossa compreensão do processo do raciocínio ingênuo é o uso imaginativo e conjunto tanto do experimento situacional quanto do puro estudo cognitivo com fontes de dados". (Kanouse, 1972, p. 133-134).

## 2.2. - Percepção e Atribuição

Devemos agora considerar que o próprio processo perceptivo, do qual o processo de atribuição não pode prescindir, não é uma apreensão passiva da realidade. Da mesma forma o processo de atribuição não pode ser considerado um processo passivo de registro das concomitâncias dos fatos.

Representativos de uma orientação que leva em conta o fato de que processos de julgamento e de discriminação operam dentro da percepção são os pontos de vistas de Sherif (1935) e Bruner (1947-1957a). O experimento de Sherif (1935) concernente à influência do grupo sobre o efeito autocinético é bem conhecido. Se um ponto de luz em uma sala totalmente escura é fixada por um sujeito, a luz é vista movendo-se em várias direções. Este movimento fenomenal é chamado efeito autocinético. No experimento de Sherif, cada sujeito declarava publicamente seu julgamento sobre a direção em que se movia a luz. Em condições de relatos repetidos, verificou-se que os indivíduos estavam convergindo para um relato comum, isto é, os relatos iam sofrendo mudança gradual, de modo que todos diziam que viam a luz se movendo mais ou menos na mesma direção. O que significa dizer que o experimento de Sherif demonstrou o grupo pode determinar o desenvolvimento de um quadro de referência, na ausência de um enquadramento espacial externo, ou que a norma do grupo fornece um quadro de referência. Enfim, foi demonstrado que o feito de ser membro de um grupo influencia o processo de discriminação perceptiva. Bruner e Goodman (1947) por sua vez,

empregaram três grupos de sujeitos, um de controle e dois experimentais, destes um era constituído de crianças pobres de 10 anos de idade, e o outro de crianças ricas da mesma idade. As crianças de cada grupo tinham que ajustar o tamanho de um círculo de luz ao tamanho aparentemente igual de várias moedas e discos de papelão. Os pesquisadores verificaram que todas as crianças tendiam a superstimar o tamanho das moedas até 25 centavos, mas os tamanhos dos discos de papelão eram estimados corretamente. Uma moeda de 50 centavos não foi superstimada. Foi particularmente significativo o fato de que as crianças pobres superstimavam as moedas menores em maior grau do que o faziam as crianças ricas. Os adultos, da mesma forma, superestimavam os tamanhos mas esta superestimativa também surgia para a moeda de 50 centavos. Bruner e Goodman concluíram que as crianças mais pobres mostravam maior superestimativa porque valorizavam mais dinheiro do que as crianças ricas. Portanto, as crianças mais pobres mostravam maior sensibilidade ao valor do dinheiro. Isto não se verificou com as moedas maiores porque "eram excessivamente valiosas para serem considerados verdadeiras". É difícil compreender porque havia um erro geral de superstimativa especialmente quando consideramos que este erro se mantinha para todas as moedas, no caso dos adultos. Os autores acreditaram que o experimento havia demonstrado que a sensibilidade diferencial a valores influi de fato na percepção ou julgamento de tamanho.

Uma síntese do pensamento de Bruner eleaborada por Shaw, Marvin e Constanzo (1971) vale considerarmos aqui. "De a cordo com Bruner (1957a) a percepção é um processo de catego rização. O organismo é estimulado por algum "input" apro- priado (objeto externo, evento, etc.) e responde a este clas sificando-o em uma categoria de objetos ou eventos. + Esta classificação do "input" em uma categoria é um processo ativo no qual a pessoa seleciona a categoria apropriada — aquela que proverá identidade e significação para a nova informação. Assim, toda percepção é genérica, desde que qualquer coisa que é percebida é relacionada e adquire seu significado da classe de percepto ã qual ela está relacionada.

Além de ser em sua natureza, categorial e inferencial, Bruner descreve a percepção como variante em veridicidade. Historicamente tem sido suposto que o que é percebido é, em alguma extensão, uma representação do mundo externo. Esta função dita representativa da percepção tem sido uma fonte de controvérsia entre filósofos e cientistas, mas o modo como esta representação é realizada ainda não está claro. Muitos escritores concordam que o grau em que o percepto representa o mundo externo varia com a variedade das circunstâncias; por exemplo, um objeto em um céu cinzento pode ser percebido como um avião quando ele é "realmente" uma ave. É este grau variável de correspondência entre percepto e objeto que Bruner chama de "variação de veridicidade" da percepção. Desde que percepção envolve inferência, Bruner concluiu que esta se baseia em um processo de decisão. Mesmo o mais simples evento perceptual requer uma decisão; quando um objeto num céu cinzento estimula o organismo ele deve decidir se este é um avião ou um pássaro. Essa decisão determina em grande parte a categoria à qual o "input" será referido e, conseqüentemente, a significação que este terá para a pessoa. Bruner resume suas considerações sobre as propriedades gerais da percepção numa série de proposições. Estas proposições podem ser brevemente parafraseadas como segue:

- 1) A percepção baseia-se em um processo de decisão.
- 2) O processo de decisão envolve a utilização de pistas discriminatórias às quais tornam possível referir

"inputs" às categorias.

- 3) O processo de utilização de pistas envolve a operação de inferências que leva à colocação de um objeto em uma categoria.
- 4) A categoria é um conjunto de especificações ou regras que dizem respeito às espécies de evento que serão agrupadas juntos.
- 5) As categorias variam em prontidão com a qual um "estimulo-input" será identificado em termos da categoria; isto é, em termos de acessibilidade.
- 6) A percepção é verídica na medida em que os "estímulos-inputs" são classificados na categoria apropriada.
- 7) Quando as condições não são ótimas, a percepção será verídica na medida em que a acessibilidade das categorias refletirem as probabilidades ambientais.

Assim, a percepção não é uma recepção passiva e uma interpretação automática de estímulo mas sim, um processo ativo no qual os dados são seletivamente classificados ou referidos à estrutura cognitiva existente. É o relacionamento dos "inputs" (dados sensoriais) com a organização de elementos cognitivos (estrutura cognitiva) que determina o "significado à coisa percebida" (Marvin, Shaw e Constanzo, 1971, p. 177-178).

Ainda que não se pressuponha pelo que foi observado a

cima, que percepção e cognição sejam idênticas, assinala-se a natureza construtiva da percepção e que processos sêlhantes de inferência se aplicam tanto as atividades perceptivas quanto cognitivas. A percepção portanto, envolve categorização na medida em que o indivíduo que percebe tem de reconhecer certos atributos e, com base nesses atributos decidir se um objeto é ou não membro de uma classe presumida. O grau em que é feita uma verdadeira identificação, isto é, o grau em que a percepção é verídica, dependerá da gama de categorias do indivíduo que percebe e de sua capacidade para utilizar as categorias à sua disposição. A tintividade perceptual para Bruner vai além da informação dada e este aspecto do conhecimento humano é ainda mais evidente no que se refere à cognição. A categorização requer que a pessoa trate de uma determinada forma os estímulos que lhe chegam. A visão de Bruner é também a de que é a cultura quem em última análise transmite as técnicas de ultrapassar a informação dada e isto é feito através da linguagem e das estruturas e relações categoriais que estão subjacentes a esta.

### 2.3. - Cultura e Atribuição

Se estivermos preocupados agora não mais prioritariamente com a determinação de pistas (ou indícios) que possam nos levar a inferências específicas, mas com o fato de que a utilização destas pistas ou sua disponibilidade para utilização possam ser diversas em diferentes meios sócio-culturais, nós deveremos voltar nossa atenção para a influência que exerce a categorização sócio-perceptiva nas inferências atribucionais. A categorização encontra sua função essencial no papel prático que ela exerce na sistematização do meio ambiente. Na vida diária não nos atemos às prioridades dos objetos ou eventos propriamente ditas, mas às classes categorias que estão à nossa disposição para apreendê-los e dotá-los de sentido. Devemos supor também que toda informação que um indivíduo recebe de seu meio ambiente não pode ser integrada a não ser que certos esquemas cognitivos estejam já estabelecidos ou prontos para entrarem em ação. Da mesma forma que o sistema de categorização deve ser adaptado ao meio ambiente, a informação recebida deste meio deve se adaptar ao sistema de categorias existentes. A categorização exerce um papel fundamental nas atividades perceptivas e cognitivas. As mudanças constantes e rápidas que se produzem no indivíduo, no seu meio ambiente, e nas relações que os entrelaçam, devem ser tratadas pelo indivíduo como se as semelhanças e as diferenças estivessem mais pronun-ciadas do que parecem estar. O processo de categorização im-plica em dois aspectos, indutivo e dedutivo.

O aspecto indutivo consiste em assinalar um item a uma categoria a partir de certas características deste item e desprezar outros. O aspecto dedutivo se fundamenta sobre a implicação de um ítem a uma categoria associando a este ítem as características da categoria, com pouca verificação. Estas duas atividades cognitivas subjacentes ao processo de simplificação vão além da informação dada. Certos aspectos da informação são selecionados (os outros são omitidos), ou são modificados a fim de se encaixarem melhor numa dada categoria.

Por outro lado, o papel que exerce a categorização é o de um sistema de orientação para os indivíduos de uma dada sociedade. Nenhum indivíduo pode ser visto como não pertencente a um dado grupo sócio cultural. Assim se tornarmos como pressuposto que:

- (1) todo processo de atribuição implica num processo de simplificação da realidade e portanto num processo de categorização;
- (2) que a categorização implica em linguagem, aqui considerada como organizador de cognição;
- (3) e que cognição implica em aprendizagem sócio-cultural de categorias, mediadas pela linguagem;

somos levados a concluir que o processo de atribuição não pode ser pensado sem ser levado em conta a natureza social e simbólica da inferência de causalidade.

Sabemos que a atribuição deve analisar as relações causais percebidas pelo homem comum, por sua vez este homem além de possuir uma língua e um vocabulário específico possui também através do processo de socialização toda uma aprendizagem sócio-cultural que o faz interpretar o comportamento dos outros indivíduos de uma forma específica. Podemos supor que um indivíduo aprende a dar significado ao comportamento exibido pelo outro de forma única em ua dada cultura. Por exemplo: se observarmos dois homens andando pela rua de mãos dadas, ou uma pessoa conversando com outra face a face (muito próximas), poderemos interpretar que se trata de um caso de homossexualidade no primeiro caso e de uma repreensão no segundo. Tais atitudes ganham certamente outros signícados se soubermos que as pessoas em questão são, por exemplo, árabes. Portanto pessoas em diferentes culturas possuem diferentes idéias sobre o significado, a interpretação e a aceitação de um dado comportamento. O indivíduo aprende a dar significado ao comportamento exibido pelo outro através da socialização em uma dada cultura. Se considerarmos como o fazem Jones e Davis, que a intenção pode ser considerada como causa das ações individuais através da qual, intenção, posso inferir propriedades disposicionais, é razoável admitir que a inferência de uma dada intenção está sujeita à influência da aprendizagem sócio-cultural.

R. A. Detweiler (1975), em sua tese de doutorado, conclui que as dissemelhanças culturais são um fator de impor-

tância central no processo de atribuição. Este autor hipo  
tetiza que o processo de atribuição trans-cultural não deve  
ser o mesmo que o de atribuição intra-cultural. Propõe que  
a teoria de Jones e Davis é inadequada para explicar attributiones  
num contexto trans-cultural. Tal é hipotetizado  
porque segundo este autor o processo de atribuição pressu  
põe por parte do observador conhecimento acerca do signifi-  
cado do comportamento observado no outro. Portanto, nos as  
sinala o autor que indivíduos que são socializados na mesma  
cultura têm expectativas semelhantes e interpretam o compor  
tamento de maneira semelhante. Os indivíduos de uma mesma  
cultura comportam-se de maneira compreensível e previsível,  
a qual é lógica para si mesmos.

Com relação à influência que exerce a aprendizagem cul  
tural de experiências, e a conseqüente discriminação de pis  
tas relevantes para um julgamento atribucional de intenção  
em diferentes meios sócio-culturais, é ainda hoje questão  
sobre a qual encontramos escassas pesquisas. Dentre as e  
xistentes a de Salili, F. Maehr, L. M. e Gillmore, G. (1976)  
que trata de testar o quadro de referência do desenvolvimen  
to cognitivo dos julgamentos morais proposto por Piaget, e  
videnciou que em termos gerais é correta a suposição de que  
as crianças idosas tendem a julgar a moralidade de um ato  
não apenas pelos resultados do mesmo mas pela intenção pre  
sumida do autor. Entretanto, ao tentar determinar como os  
fatores sócio-culturais podem influenciar os padrões de jul  
gamento moral, comparando crianças americanas de 7 a 18 a

nos com crianças iranianas da mesma idade, observou que nos sujeitos americanos não é suficiente apenas tentar. Você deve também produzir — você será julgado pelo seu produto, no que diz respeito ao julgamento de realização. Neste sentido diferenças culturais na orientação em direção à realização são evidentes. Nos sujeitos iranianos havia uma sedimentação do processo de julgamento de realização que levava a ver como fator crítico a tentativa e o esforço, e portanto a intenção, e não o resultado, como critério básico no julgamento de realização. Tal ênfase permanece constante nos julgamentos das crianças mais velhas iranianas. Assim, a criança pequena, não importa a cultura, enfatiza o resultado de um ato, na sua avaliação moral. Mas ainda que o desenvolvimento cognitivo possibilite a capacidade de ir além dos resultados observados em direção à intenção, isto não garante que este comportamento ocorra realmente. Está aí pelo menos um importante papel da aprendizagem cultural. Os resultados destes autores sugerem o papel crítico que a cultura desempenha na formação de padrões de julgamento moral e de realização. Enquanto que ao julgar o desempenho, os sujeitos iranianos enfatizam a tentativa, o esforço, e a boa intenção, os sujeitos americanos enfatizam não apenas a tentativa mas os resultados obtidos.

### 3. - CONCLUSÃO

Todo pesquisador em psicologia sabe que "cultura" em abstrato pode não significar nada, ou não ser um conceito útil na investigação das semelhanças e diferenças entre os vários grupos de seres humanos. Sob o termo 'cultura' podemos encontrar diversas categorias de variáveis culturais. Dentre estas ressalta a variável cultural língua, como um sistema claramente divergente de uma cultura para outra. Por esta razão a ênfase dada à relação língua-atribuição que procuramos refletir em nosso estudo. É certo também que a quele que visa um estudo experimental não pode prescindir de uma clara especificação das variáveis independentes quando tratar de estabelecer relações hipotéticas entre língua e atribuição. Entretanto foi possível observar que não nos propomos esta tarefa. Antes dirigimos nossa reflexão sobre os caminhos que têm trilhado a investigação deste processo como um todo. Parece bastante oportuno que para ampliar a nossa compreensão do processo do raciocínio ingênuo se faz necessário, como sabiamente assinalou Kanouse (1972), o uso imaginativo e conjunto tanto do experimento situacional quanto o puro estudo cognitivo como fontes de dados.

Foi na direção de uma compreensão crítica de teoria , de seu escopo e das limitações desta que este estudo se fez, e são suas conclusões uma síntese desta reflexão, que acreditamos útil aos futuros estudos na área.

A conclusão básica é que, a nosso ver o processo de atribuição tem sido analisado sem uma consideração aprofunda da do caráter sócio-cultural que lhe é intrínseco. Isto é válido evidentemente se considerarmos que o sujeito atribuidor não pode ser tratado como um sujeito absoluto à parte do grupo social a que pertence.

Nós encontramos por exemplo, em Kelley uma valorização da "realidade objetiva" (à qual corresponderia os critérios de consistência) em relação, ou por oposição, à "realidade social" (subjetiva, à qual corresponderia o critério de consenso). Acreditamos que existe aí um erro ao qual pode ser levado o teórico de psicologia social. Este erro, é o de considerar a "objetividade" como um caráter que se funda mais na realidade "objetiva" do mundo exterior do que na realidade "subjetiva" do social. A nosso ver o processo de atribuição é eminentemente um processo que implica o consenso, e portanto, a comparação. O atribuidor depende e dependerá sempre para ter certeza (não importa que esta seja dita subjetiva ou objetiva) de que suas inferências são corretas, da comparação de seus julgamentos com os do outro.

Se a "validade subjetiva" que Kelley nos indica, depende de como ele assinala, primordialmente de "dados objetivos" tais como a experiência ao longo do tempo e em diversas modalidades com o objeto, ela só se completa com o critério consenso, sem o que dificilmente alguém alcançaria a "certeza subjetiva" que lhe dá segurança quanto à veracidade de atribuição feita. Na verdade, em uma mesma cultura qualquer

efeito Y tende a ser visto como sendo associado a uma das entidade específica N, relação esta que é confirmada pelos outros, que participam daquela mesma visão do mundo. Portanto, o julgamento consensual como que se antecipa, e se mostra como uma estrutura dominante (pregnância) ao julgamento individual. Até mesmo é possível se hipotetizar que uma vez experimental (através da aprendizagem sócio-cultural) esta rede de relações causais tanto com relação aos objetos quanto as pessoas, tal vivência, impede o julgamento "in vacuum", como aparte do meio social, dos efeitos observados. Em verdade, os "critérios objetivos", ou não-pessoais para a validação das inferências, que estão, portanto, disponíveis para testar uma dada atribuição são de fato de pouca validade se são utilizados como independentes ou sem a consideração das significações que elas adquirem em contextos culturais diferentes. Assim, por exemplo, o primeiro critério — clareza — implica que a pessoa responda especificamente a algo quando este algo está presente, é uma reação distinta e claramente relacionada a algo uma vez que não ocorre em sua ausência (e que portanto sugere que a pessoa esteja reagindo à propriedades intrínsecas ao objeto). Tal critério não é por si mesmo válido sem se considerar que um mesmo objeto gera reações diversas se considerarmos as significações diversas que pode adquirir em contextos culturais diferentes. Do ponto de vista que argumentamos temos que considerar que o consenso não é um dentre os quatro critérios colocados por Kelley para testar a validade das

inferências, mas é o critério por excelência, e do qual to dos os outros são modalidades. Conforme o próprio Kelley nos diz este quarto critério — consenso — supõe que "atributos de origem externa são constatados da mesma forma por todos os observadores", a que se deve acrescentar, por to dos os observadores de um mesmo grupo sócio-cultural. E ainda, não faz sentido por outro lado, supor que os atributos de origem interna não o seriam. A distinção fundamental não deve incidir sobre atributos de origem interna ou de origem externa, mas sobre atributos em contextos consensuais sócio-culturais diferentes. A realidade social deve ser vista como tão "objetiva" quanto a realidade não social, ou em outros termos, a "objetividade" deve ser vista como tão social quanto ela é física. O caráter de "objetividade" não deve subentender uma maior validade aos critérios de julgamento ditos "não-sociais" como se fosse possível supor que as inferências atribucionais pudessem ser testadas por critérios "sociais" e "não-sociais". Parece-nos que o critério último da objetividade e validade de uma atribuição é o fato de existir um forte consenso social no que diz respeito ao fenômeno e independentemente do fato de que este seja pensado em termos tais como "físico", "natural" ou "social". Ora, o sujeito não deve ser visto ao atribuir como um julgador (absoluto) que está diante de um fato ocorrido e que não se encontra implicado na interação com um objeto ou com uma pessoa. Kelley nós dá a entender que o sujeito se situa para julgar, diante de um mundo

concreto e objetivo, aquele dos objetos estáveis e por outro lado, diante do mundo instável e incerto das relações sociais. Tudo leva a crer que os erros de atribuição possam ser vistos como na dependência dos vieses introduzidos na percepção pelas variáveis consenso, em Kelley (1967) e relevância hedônica e personalismo em Jones e Davis (1965). A validade subjetiva que é experimentada pelo sujeito em seu próprio julgamento se fundamenta primordialmente na consistência no tempo e na modalidade e estes critérios são mais importantes que o critério consensual. Em suas próprias palavras: "Isto implica que os critérios de consistência possam ser mais importantes para o indivíduo do que o critério consensual. Intuitivamente isto parece razoável, mas o assunto poderia ser sujeito a uma cuidadosa análise atribucional" (Kelley, 1967, p. 207).

Até agora, pelo que sabemos, não se tem nenhum teste experimental que possa validar esta "intuição", que na verdade é uma noção básica subjacente à teoria da atribuição de Kelley. O pensamento de Kelley parece, neste ponto, se afastar do de Heider, o problema da atribuição neste parece ser parte ou complementar ao problema do equilíbrio. Como observam Deutsch e Krauss (1965), "a natureza da atribuição que tem lugar em cada instância, está determinada não somente pelo estado de desenvolvimento cognitivo, pela aplicação ingênua do método de diferença pelas próprias expectativas ou pelo estilo pessoal, senão também pela necessidade de prevenir o desequilíbrio cognitivo". Neste sentido a a

tribuição em Heider é vista como um processo cognitivo de maior amplitude do que aquela que assume em Kelley, no qual se assemelha a um processamento das concomitâncias causais observadas entre os fatos e que é governado em última instância do meio externo, objetivo, por oposição ao meio interno, subjetivo.

Em acordo com a conclusão fundamental, podemos assinalar, no que diz respeito ao modelo atribucional de Jones e Davis que de fato é convincente a observação crítica que faz Detweiler (1975), quando nos diz que a atribuição pressupõe por parte do observador conhecimento acerca do significado do comportamento observado no outro.

É razoável admitir que a inferência de intenção não é pura e simplesmente mediada pela observação direta do comportamento, tal como seriam as inferências perceptuais que não estão necessariamente sujeitas à aprendizagem, mas que tal tipo de inferência, certamente baseia-se em premissas que são aprendidas, é já uma inferência pensada, uma função cognitiva, não imune à influência da aprendizagem sócio-cultural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELSON, R. P.; KANOUSE, D. E. Subjective Acceptance of Verbal Generalizations. In Shel Feldman, ed. Cognitive Consistency: Motivational Antecedents and Behavioral Consequents. Academic, 1966.
- APFELBAUM, E.; HERZLICH, C. La Théorie de L'Attribution em Psychologie Sociale. Bulletin de Psychologie, 293, XXIV, 1970-1971, p. 961-976.
- BALDWIN, A. L. Teorias de Desenvolvimento da Criança. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1973.
- BOURQUE, L. B.; BACK, K. W. Language, Society and Subjective Experience. Sociometry, vol. 34, nº 1, 1-21.
- BROWN, R. W. How shall a thing be called? Psychological Review, 65, nº 1, 14-21, 1958b.
- BROWN, R. W.; LENNEBERG, E. H. Studies in Linguistics Relativity. In: E. E. Maccoby, T. M. Newcomb, and E. L. Hartley (Eds.) Readings in Social Psychology, 3d, N.Y.: Rinehart and Winston, 1958.
- BRUNER, J. S.; GOODMAN, C. C. Value and Need as Organizing Factors in Perception. Journal of Abnormal and Social Psychology, 1947, 42, 33-44.
- BRUNER, J. S. Going beyond the information given. In: Contemporary Approaches to Cognition. By Bruner, J.S. et al., Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1957a, 41-69.
- BÜHLER, K. Sprachtheorie. Jena: Fischer, 1934.

- DETWEILER, R. A. On Inferring the Intentions of a Person from another Culture. Journal of Personality, vol. 43, nº 4, 1975.
- DEUTSCH, M.; KRAUSS, R. M. Theories in Social Psychology. Basic Books, Inc., New York, 1965.
- HASTORFF, Schneider & Polefka. Percepção de Pessoa. Editora Edgard Blucher Ltda, São Paulo, 1973.
- HEIDER, F. Ding und Medium. Simposio, 1, 109-158, 1927.
- HEIDER, F. Social Perception and Phenomenal Causality. Psychological Review, 1944, 51, 358-374.
- HEIDER, F. The Psychology of Interpersonal Relations. New York: Wiley, 1958. (Tradução Brasileira: Heider, F. Psicologia das Relações Interpessoais. Ed. Pioneira, São Paulo, 1970).
- HEIDER, F.; SIMMEL, M. An Experimental Study of Apparent Behavior. American Journal of Psychology, 1944, 57, 243-259.
- HORMANN, Hans. Introduction à la Psycholinguistique. Librairie Larousse, Paris, 1972.
- HUMBOLDT, W. von. Gesammelt Schriften. Vol. VII, Parte 1, Darmstadt 1949 (1.<sup>a</sup> ed. 1836, Berlin).
- JONES, E. E.; DAVIS, K. E.; GERGEN, K. J. Role Playing Variations and their Informational Value for Person Perception. Journal of Abnormal and Social Psychology, 1961, 63, 302-310.

- JONES, E. E.; DAVIS, K. E. From Acts to Dispositions: The Attribution Process in Person Perception. In: Berkowitz, L. (org.). Advances in Experimental Social Psychology. Academic Press, vol. 2, New York, 1965.
- JONES, E. E.; KANOUSE, D. E.; KELLEY, H. H.; NISBETT, R.E.; VALINS, S.; WEINER, B. (eds.). Attribution: Perceiving the Causes of Behavior. General Learning Press, Morristown: N. J., 1972.
- JONES, E. E.; NISBETT, R. E. The Actor and the Observer: Divergent Perceptions of the Causes of Behavior. In: Attribution: Perceiving the Causes of Behavior. General Learning Press, Morristown: N. J., 1972.
- KANOUSE, D. E. The Effects of Verb Type on the Cognitive Processing of English Sentences. Unpublished Doctoral Dissertation, Yale University, 1968.
- KANOUSE, D. E.; GROSS, D. From Specific Acts to General Dispositions. Unpublished Manuscript, University of California at Los Angeles, 1970.
- KANOUSE, D. E. Language, Labeling and Attribution. In: Attribution: perceiving the Causes of Behavior. General Learning Press, Morristown: N. J., 1972.
- KELLEY, H. H. Attribution Theory in Social Psychology. Nebraska Symposium on Motivation, 1967, 15, 192-238.
- KELLEY, H. H. Attribution in Social Interaction. In: Attribution: Perceiving the Causes of Behavior. General Learning Press, Morristown; N. J., 1972.

- KELLEY, H. H. Causal Schemata and the Attribution Process.  
In: Attribution: Perceiving the Causes of Behavior. General Learning Press, Morristown: N. J., 1972.
- KELLEY, H. H. The Processes of Causal Attribution. In: American Psychologist, 1973 (Fev) vol. 28(2), 107-128.
- KIESLER, C. A.; NISBETT, R. E.; ZANNA, M. P. On Inferring One's Beliefs from One's Behavior. Journal of Personality and Social Psychology, 1969, vol. 11, nº 4, 321-327.
- MASSELI, M. D.; ALTROCCHI, J. Attribution of Intent. Psychological Bulletin, 1969, vol. 71, nº 6, 445-454.
- MISCHEL, V. Personality and Assessment. New York: Wiley, 1968.
- MICHOTTE, A. E. La Perception de la Causalité. Louvain Institut Supérieur de Philosophie: 1946.
- MUSCOVICI, S. L'Homme en Interaction: Machine à Répondre ou Machine à Inférer. In: Introduction à la Psychologie Sociale. Sous la direction de Serge Moscovici, 1, Librairie Larouse, Paris, 1972.
- MOSCOVICI, S.; LAGE, E.; NACHEFROUX, M. Influence of a Consistent Minority on the Responses of a Majority in a Color Perception Task. Sociometry, 1969, 186-194.
- NISBETT, R. E.; VALINS, S. Perceiving the Causes of One's own Behavior. Morristown: N.J.; General Learning Press, 1971.
- RODRIGUES, A.; REIS, C. Atribuição de Causalidade: Um Estudo Psico-Social. Cadernos da PUC, nº 3, Rio de Janeiro, 1969.

- SALANCIK, G. B., CONWAY, M. Attitude Inferences from Salient and Relevant Cognitive Content about Behavior.  
Journal of Personality and Social Psychology, 1975, vol. 32, n° 5, 829-840.
- SALILI, F.; MAEHR, L. M.; GILLMOR, G. Achievement and Morality: A Cross-Cultural Analysis of Causal Attribution and Evaluation. Journal of Personality and Social Psychology, 1976, vol. 33, n° 3, 327-337.
- SHAW, M.; CONSTANZO, P. Theories of Social Psychology. McGraw-Hill Book Company, N. Y., 1970.
- SHERIF, M. A Study of some Social Factors in Perception. Archives of Psychology, 1935, n° 187.
- TAGIURI, R. Person Perception. In: G. Lindzey e E. Aronson (org.) The Handbook of Social Psychology, vol. 3, Reading Mass., Addison-Wesley, 1969.
- TAGIURI, R.; PETRULLO LUIGI. Person Perception and Interpersonal Behavior. Stanford University Press, Stanford California, 1965.
- TAJFEL, H. Social and Cultural Factors in Perception. In: E. Aronson e G. Lindzey (org.), The Handbook of Social Psychology, 2 ed., vol. 3, Reading Mass., Addison-Wesley, 1969.
- TAJFEL, H. La Categori-zation Sociale. In: Introduction à la Psychologie Sociale, sous la direction de Serge Moscovici, 1, Librairie Larouse, Paris, 1972.
- WHORF, B. L. Language, thought, and reality. Carrol, J. B. (ed.) Cambridge.: M.I.T. Press, 1956.

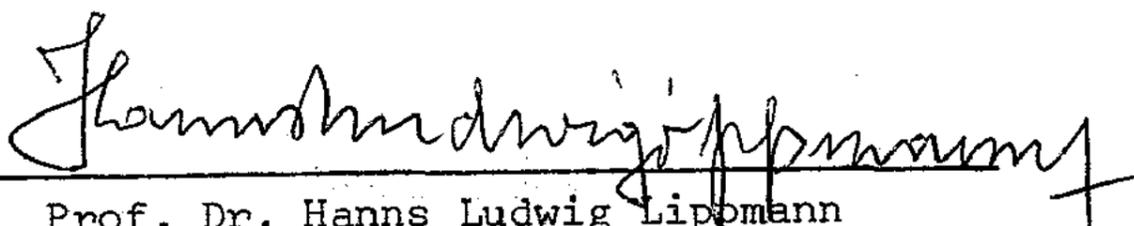
Tese apresentada ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



Prof. Aroldo Rodrigues Ph.D (orientador)  
Departamento de Psicologia - PUC/RJ



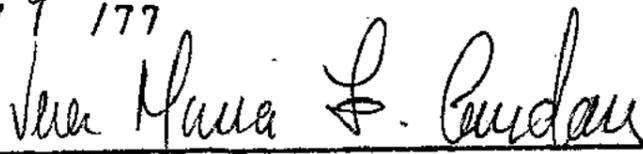
Prof. Cílio Ziviani  
Departamento de Psicologia - PUC/RJ  
e da U.F.R.J.



Prof. Dr. Hanns Ludwig Lippmann  
Departamento de Educação - Universidade  
Católica de Petrópolis e da U.F.F.

Visto e permitida a  
Impressão

Rio de Janeiro, 9 / 9 / 1977



Prof. Vera Maria F. Candau  
Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação  
do Centro de Teologia e Ciências Humanas.